



UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

FACULDADE DE DIREITO

**A INTERVENÇÃO DA SEGURADORA  
NAS ACÇÕES PROPOSTAS CONTRA O SEGURADO**

Dissertação submetida para obtenção do grau de  
**Mestre em Direito – Ciências Jurídicas Forenses**

Autora:

Maria de Lemos Honrado

Orientação:

Professora Doutora Margarida Lima Rego

Data: 10 de Julho de 2013

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

**Agradecimentos**

Começar por dizer que, esta dissertação de mestrado é também fruto dos incansáveis apoios e incentivos, aos quais estarei grata para sempre.

À Professora Doutora Margarida Lima Rego, pela orientação, disponibilidade e apoio, saber partilhado, críticas construtivas e colaboração na resolução de problemas e dúvidas que íam surgindo, mas acima de tudo, pelo permanente incentivo e por me confirmar a máxima de Connell que diz que “Para ser professor é preciso, igualmente, ter capacidade de estabelecer relações humanas com as pessoas a quem se ensina.”.

Aos meus Colegas que nunca se negaram a ajudar quando, por motivos profissionais, não pude frequentar as aulas. Mas também, a ser solidários, nos ensina a Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

Aos meus amigos, que sabem quem são, e que estiveram ao meu lado, pela amizade sempre presente, pela força e companheirismo.

Ao Saint Dominic’s Gospel Choir, que numa fase de stress, algum nervosismo, e, inevitável, exaustão, como esta, sempre contribuiu para que, “espantados os males”, no dia seguinte recomeçasse cheia de boas energias.

Por fim, ao meu sobrinho Martim, que na inocência dos seus dois anos, nunca que me deixou esquecer de sorrir e que sempre me cantou “Hakuna Matata”, numa espécie de mensagem de que, a vida e os problemas e dificuldades que enfrentamos, serão sempre mais fáceis de ultrapassar se, nos entretantos, formos sorrindo e brincando. E aos meus pais, porque sem eles nada disto teria sido possível. Para eles o meu mais especial agradecimento, por acreditarem em mim e por me apoiarem incondicionalmente. Pela paciência e total ajuda na superação dos obstáculos de mais esta etapa. A vocês esta tese.

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

**Índice:**

<b>Declaração de compromisso de anti-plágio.....</b>	<b>5</b>
<b>Abreviaturas e Siglas.....</b>	<b>6</b>
<b>Sumário .....</b>	<b>7</b>
<b>Abstract.....</b>	<b>8</b>
<b>1. Introdução.....</b>	<b>9</b>
<b>2. Do regime substantivo.....</b>	<b>12</b>
2.1. Da natureza do contrato de seguro e do direito do terceiro lesado contra a seguradora.....	13
<b>3. Do regime processual civil .....</b>	<b>18</b>
3.1. Dos pressupostos processuais .....	18
3.1.1. Da Legitimidade das Partes .....	19
3.1.2. Do Litisconsórcio .....	20
3.1.2.1. Litisconsórcio Voluntário ou Necessário.....	21
<b>4. Da Intervenção de Terceiros .....</b>	<b>23</b>
4.1. Da Intervenção Principal: Espontânea e Provocada .....	25
4.1.1. Da Intervenção Principal Espontânea.....	25
4.1.2. Da Intervenção Principal Provocada.....	26
4.2. Da Intervenção Acessória: Provocada e Assistência .....	27
4.2.1. Da Intervenção Acessória Provocada.....	28
4.2.2. Da Assistência .....	29
<b>5. Análise de Jurisprudência.....</b>	<b>31</b>
5.1. Intervenção da Seguradora pelo incidente da Intervenção Principal Provocada.....	33

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

* Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães de 06.01.2011, no Processo 5907-09.7TBURG-A.G1 .....	33
* Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 07.11.2006, no Processo 7576/2206-7 .....	38
* Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 06.07.2009, Processo 721/08.0TVPRT-A.P .....	40
5.1.1. Breve referência ao caso especial do Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil Automóvel .....	43
5.1.2. Conclusões:.....	45
5.2. Intervenção da Seguradora pelo incidente da Intervenção Acessória Provocada.....	48
* Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 27.11.2008, no Processo 8398/08-2.....	48
* Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 03.05.2011, no Processo 1870/09TBVCD-B.P1.....	51
* Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 19 de Outubro de 1999, Recurso n.º 9921088, Boletim do Ministério da Justiça n.º 490, p. 319-320 .....	54
5.2.1. Conclusões:.....	55
<b>6. Posição adoptada.....</b>	<b>57</b>
<b>7. Conclusão.....</b>	<b>63</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>66</b>
<b>Jurisprudência .....</b>	<b>69</b>

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

### **Declaração de compromisso de anti-plágio**

Declaro por minha honra, que o trabalho que apresento é original e que, todas as minhas citações estão correctamente identificadas. Tenho consciência de que, a utilização de elementos alheios não identificados constitui uma grave falta ética e disciplinar.

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

**Abreviaturas e Siglas**

**Art.** - Artigo

**C.C.** - Código Civil

**C.C.P.** - Code of Civil Procedure

**Cfr.** - Conferir

**C.P.C.** - Código de Processo Civil

**C.R.P.** - Constituição da República Portuguesa

**DL** - Decreto-Lei

**LCS** - Lei do Contrato de Seguro

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

## **Sumário**

A problemática que pretende debater-se decorre da relação que se estabelece entre a seguradora e o segurado, pela celebração de um contrato de seguro, nomeadamente, um contrato de seguro de responsabilidade civil facultativo, destinado a cobrir os riscos que para o segurado resultem da verificação do sinistro, como sejam, os decorrentes da imputabilidade da responsabilidade civil e consequente obrigação de indemnizar danos causados a terceiro.<sup>1</sup>

Ora, a presente tese incide, assim, na oposição entre aqueles que consideram que, no seguro facultativo, o terceiro pode exigir o cumprimento da prestação tanto ao segurado como à seguradora (caso de litisconsórcio voluntário, nos termos do art. 27.º do Código de Processo Civil (doravante, CPC, a que corresponde o art. 32º do Novo Código de Processo Civil, Lei n.º 41/2013, de 26 de Junho, com entrada em vigor em 1 de Setembro do corrente, doravante designado Novo Código) – contrato de seguro enquanto contrato a favor de terceiro - da mesma forma que, o segurado demandado, poderá fazer intervir, como interveniente principal, a seguradora como ré, por aplicação da al. a), do art. 325.º do CPC (a que corresponde o art. 316º do Novo Código) – intervenção principal provocada<sup>2</sup>, e aqueles que defendem que a seguradora apenas pode intervir na acção a título acessório, como auxiliar do réu/lesante, inexistindo, portanto, interesse no litisconsórcio necessário ou voluntário, não podendo ser demandada como parte principal, sendo apenas justificável a sua intervenção acessória (cfr. art. 330º CPC, a que corresponde o art. 321º do Novo Código).<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Diário da República, 1.ª série — N.º 75 — Artigo 137º do Anexo ao DL 72/2008, de 16 de Abril de 2008.

<sup>2</sup> Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 27.11.2008, no Processo 8398/08-2

<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/e6e1f17fa82712ff80257583004e3ddc/8494b8cdad866735802575ad003ac23e?OpenDocument>

<sup>3</sup> Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães de 06.01.2011, no Processo 5907/09.7TBRRG-A.G1 <http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf/86c25a698e4e7cb7802579ec004d3832/29d915c4faef91538025783e0042aa87?OpenDocument>

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

**Abstract**

The problem to be discussed results from the relationship established between the insurer and insured by the conclusion of an insurance contract, namely an optional liability insurance contract, to cover the risks taken by the insured resulting from the occurrence of a claim, such as those arising from the emergence of the liability and consequent obligation to compensate damages caused to a third party.

This thesis concerns thus the debate between those who consider that, in the optional insurance, the third party may require compliance with the provision to both the insured and the insurer (in the case of voluntary joinder, pursuant to Art. 27 CCP, which corresponds Art. 32 of the New Code of Civil Procedure, Law n. 41/2013 of 26 June, which entered into force on 1 September, hereinafter New Code) - insurance contract on behalf of a third party conception - in the same way that the insured defendant can bring the insurer to intervene as co-defendant in the main process, pursuant al. a) of art. 325 of the CCP (corresponding to art. 316 of the New Code - main intervention caused), and those who argue that the insurer may only intervene in the action as an ancillary party, to assist the defendant, lacking interest, therefore, in necessary or volunteer joinder, with the consequence that the insurer cannot be sued as a main party - only ancillary intervention is justifiable (cf. art. 330 CPC, which corresponds to art. 321 of the New Code).



*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

## **1. Introdução**

Escolhido o tema, cumpre dizer que, e, desenvolvendo o mesmo, pretendemos discutir a que título deve a seguradora intervir, num acção de responsabilidade civil, intentada contra o segurado, estando em causa um contrato de seguro de responsabilidade civil facultativo, importa aferir da problemática em que o mesmo assenta.

Ora, se de um lado, temos uma vertente jurisprudencial que entende que o terceiro pode exigir o cumprimento da prestação tanto ao segurado como à seguradora (caso de litisconsórcio voluntário, nos termos do art. 27.º do Código de Processo Civil (doravante, CPC, a que corresponde o art. 32º do Novo Código de Processo Civil, Lei n.º 41/2013, de 26 de Junho, com entrada em vigor em 1 de Setembro do corrente, doravante designado Novo Código), uma vez que, e ao invés de procurar no contrato a fixação pelas partes de atribuição expressa de um direito de crédito ao terceiro, parte de uma concepção de que, um contrato de seguro de responsabilidade civil é, em abstracto, um contrato a favor de terceiro, nos termos do art. 443º do CC, através do qual, há atribuição de uma prestação a um beneficiário não interveniente no contrato de seguro. Da mesma forma, o segurado demandado, poderá fazer intervir, como interveniente principal, a seguradora como ré, por aplicação da al. a), do art. 325 º do CPC (a que corresponde o art. 316º do Novo Código) – intervenção principal provocada. Outros há que, além de não partirem daquela concepção do contrato de seguro como contrato a favor de terceiro, consideram que, e, sem uma certeza de que foi atribuído um direito de crédito ao terceiro, a seguradora é, antes, titular de uma acção de regresso, em conexão com a relação material controvertida, apenas com um interesse secundário, acessório na acção principal, devendo a sua intervenção na acção principal deve ser acessória, nos termos do art. 330º do CPC (art. 321º do Novo Código).

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

No que aos seguros obrigatórios respeita, esta questão não se coloca, porquanto, no n.º 1, do art. 146º do Decreto-Lei n.º 72/2008 de 16 de Abril, relativo ao regime do contrato de seguro, estatui que *“O lesado tem o direito de exigir o pagamento da indemnização directamente ao segurador.”*, de modo que, a divergência subsiste sim, ao nível dos seguros facultativos.

Assim, começaremos por fazer uma breve referência ao regime substantivo, onde daremos conta das obrigações que decorrem para as partes, seguradora e segurado, que celebram um contrato de seguro, nomeadamente um contrato de seguro de danos, classe em que se insere o seguro de responsabilidade civil<sup>4</sup>.

Posteriormente analisaremos a natureza do contrato de seguro, em especial se existe ou não um direito de crédito do lesado contra a seguradora, o direito daquele em demandar esta directamente, concluindo com o nosso entendimento sobre a questão.

De seguida avançaremos para o estudo do regime processual civil, em torno do qual gira a presente dissertação, começando por referir sucintamente os diferentes pressupostos processuais, e da necessidade de que todos eles se mostrem preenchidos, para que o juiz possa decidir do mérito da causa<sup>5</sup>. Daremos particular relevo ao pressuposto da legitimidade, a que aparece associado o conceito de litisconsórcio (voluntário e necessário), que também procuramos definir e clarificar.

Logo depois, explicitaremos os conceitos associados à intervenção de terceiros. Mais concretamente, a intervenção principal espontânea e provocada, por um lado, e a intervenção acessória provocada e a assistência, por outro.

---

<sup>4</sup> Diário da República, 1.ª série — N.º 75, Artigo 137º do Anexo ao DL 72/2008, de 16 de Abril de 2008.

<sup>5</sup> VARELA, Antunes, BEZERRA, José Miguel, Nora, Sampaio e, “Manual de Processo Civil”, p. 104, 2ª Edição revista e actualizada de acordo com o Decreto-Lei 242/85, Coimbra Editora, Limitada, 1985.

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

Feito um estudo mais teórico, centrar-nos-emos na análise da jurisprudência, que permitirá aprofundar cada uma das duas posições em oposição, acima mencionadas, retirando de cada uma as respectivas conclusões e traços principais em que se sustentam, para afinal adoptarmos a nossa posição.

«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»

Maria de Lemos Honrado

## 2. Do regime substantivo

Como inicialmente enunciámos, a discussão tem fonte substantiva no contrato de seguro, contrato pelo qual a seguradora cobre determinado risco do tomador do seguro ou de terceiro, assumindo uma obrigação de realizar prestação acordada, caso se verifique o evento aleatório previsto naquele contrato.<sup>6</sup>, sendo aquele evento aleatório, denominado de sinistro, que ao fim e ao cabo é a “(...) concretização do risco seguro.”, a (...) verificação, total ou parcial, dos factos compreendidos no risco assumido pelo segurador.”, e, como tal, (...) depende do acordado pelas partes, estando delimitado pelas ideias subjacentes (...) ao interesse seguro.”<sup>7</sup>.

Ora, verificado o sinistro, o contrato de seguro tem, no entender de Pedro Romano Martinez, uma “função indemnizatória” - a LCS prefere a designação de “pagamento” (cfr. n.º 1, do art. 102º), ao invés de “indemnização”<sup>8</sup> - no sentido de que, o tomador do seguro transfere o risco, que decorre da verificação do evento aleatório referido no parágrafo anterior, para a seguradora<sup>9</sup>, a qual têm que realizar a prestação acordada, que se traduz, efectivamente e em sentido rigoroso, numa obrigação de prestar e não numa obrigação de indemnizar<sup>10</sup>, na medida em que não nos referimos à obrigação prevista no art. 483º do CC, pois que, nos casos em que é a seguradora a cumprir, perante terceiro, a obrigação do segurado, a violação causadora dos danos, e que determina o pagamento da indemnização, decorre do comportamento deste último e não da seguradora, pelo que, a

---

<sup>6</sup> Diário da República, 1.ª série — N.º 75 — art. 1º do Anexo ao DL n.º 72/2008, 16 de Abril de 2008.

<sup>7</sup> CORDEIRO, António Menezes Cordeiro, “Direito dos Seguros”, pp. 523 e 697, Almedina 2013.

<sup>8</sup> CORDEIRO, António Menezes Cordeiro, “Direito dos Seguros”, p. 700, Almedina 2013.

<sup>9</sup> MARTINEZ, Pedro Romano, “Direito dos Seguros”, p. 55, 1ª edição – Abril de 2006, Principia.

<sup>10</sup> REGO, Margarida Lima Coordenação, “Temas de direito dos seguros: a propósito da nova lei do contrato de seguro” – “O contrato e a apólice de seguro”, p. 21, Almedina, 2012.

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

transmissão do risco, não é acompanhada da posição do segurado. O interesse seguro, e que levou à celebração do contrato, que consubstancia a relação material controvertida, continua a pertencer ao cedente/segurado, como bem afirma a autora, na obra anteriormente citada.

Tendo sido celebrado contrato seguro de danos, na subcategoria contrato de seguro de responsabilidade civil, e, no caso de o segurado provocar danos a terceiros, se o seguro for obrigatório, o n.º 1, do art. 146º do Anexo ao DL 72/2008 estabelece uma relação directa entre a seguradora e o terceiro lesado, reconhecendo a este último um direito de crédito contra aquela, permitindo àquele terceiro, em acção de responsabilidade civil extracontratual, demandar a seguradora, para que esta cumpra a sua obrigação de cobertura de danos. Questão posterior que se coloca, e que já enunciámos e pretendemos clarificar, é a de que, a que título é que a seguradora deve intervir, se a título principal, se a título acessório, no caso de estarmos perante um seguro facultativo.

**2.1. Da natureza do contrato de seguro e do direito do terceiro lesado contra a seguradora**

Por influência francesa, há uma tendência para opor a fonte estritamente contratual da posição do terceiro em contrato a favor de terceiro à fonte extracontratual da posição daquele, titular de direito de acção directa, sendo que neste último caso, o direito não deriva do contrato, mas a sua existência determina a constituição daquele direito. Por contrato a favor de terceiro, entende-se o *“(...) o contrato em que um dos contraentes (promitente) atribui, por conta e à ordem do outro (promissário), uma vantagem a um terceiro (beneficiário), estranho à relação contratual.”*<sup>11</sup>. Atribui-se uma *(...) prestação a quem não seja parte.”*<sup>12</sup>, sendo esse

<sup>11</sup> VARELA, João de Matos, “Das Obrigações em Geral”, Vol. I, p.410, 10ª Edição, Almedina, 2004.

<sup>12</sup> CORDEIRO, António Menezes Cordeiro, “Igualdade Rodoviária e Acidentes de Viação nas Auto-Estradas”, pp. 49 e 50, Almedina, 2004.

«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»

Maria de Lemos Honrado

direito adquirido, “(...) *independentemente da aceitação.*” (última obra citada) pelo terceiro.

Centremo-nos no contrato de seguro de responsabilidade civil, nos termos do qual o risco que se pretende cobrir é a eventual ocorrência de danos que possam vir a ser imputados ao segurado, e que este tenha que indemnizar. Este dever de indemnizar que nasce na esfera do segurado é *diferente* do dever a que a seguradora se vincula por força do contrato de seguro. Apenas ao primeiro se imputa um dever de indemnizar em sentido estrito. Ao passo que, sobre a seguradora impende, um dever de prestar, fundado no contrato e não decorrente da responsabilidade civil<sup>13</sup>.

Os seguros de responsabilidade civil dividem-se entre a) aqueles que atribuem ao segurado o direito a exonerar-se da sua dívida relativamente ao terceiro lesado; b) os que estipulam pretensão do terceiro lesado contra a seguradora (terceiro como titular de direito de fonte contratual) e c) os que geram na esfera jurídica do lesado um direito de acção directa contra aquela (terceiro como titular de direito de fonte extracontratual). Em todos estes casos, o terceiro é destinatário da prestação, em sentido substancial e não mero receptor formal, segundo o entendimento da autora na obra supra citada.

Fundamental é, também, distinguir entre “competência de aquisição” e direito de crédito, sendo este último constituído quer pela faculdade de exigir, quer pela “permissão específica de aproveitamento de uma prestação.”, sendo que, só ao interessado pode conferir-se o direito de exigir a prestação, conforme obra referida por último.

---

<sup>13</sup> REGO, Margarida Ramalho de Lima, “Contrato de Seguro e Terceiros. Estudo de Direito Civil”, pp. 520-562, Dissertação para doutoramento em direito privado na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Agosto de 2008.

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

No contrato de seguro, a seguradora assume sempre direitos e obrigações, decorrentes daquele contrato. O contraente, segurado assume as obrigações que resultam do contrato, mas os direitos, no caso, o direito à indemnização, esses, podem apenas, e, nalguns casos, ser dirigidos ao beneficiário do seguro, caso do terceiro lesado.

Acabou por reconhecer-se ao terceiro lesado um direito contra a seguradora, independentemente dos direitos que o segurado possa ter contra aquele.

Caso o contrato confira ao terceiro lesado um direito próprio à indemnização, nesse caso, segurado e terceiro podem exigir da seguradora o ressarcimento dos danos sofridos pelo terceiro.

Em Portugal **não há qualquer base legal para a conclusão pela existência de acção directa generalizada em todos os seguros de responsabilidade civil, mas apenas no seguro obrigatório de responsabilidade civil**, como já mencionamos (cfr. n.º 1, art. 146º Anexo ao DL 72/2008, de 16 de Abril).

Contudo, no entender da autora supra citada, entendimento esse que acompanhamos, permitir um direito de acção directa do terceiro lesado contra a seguradora, é quase como se a questão da existência ou não de responsabilidade por parte do segurado, se debatesse apenas entre os dois primeiros, entre estes perante o tribunal, quando, na verdade, os sujeitos principais da relação material controvertida, que move a acção de responsabilidade civil, são o segurado lesante e o terceiro lesado, sendo o interesse da seguradora, naquela acção, apenas secundário. Do mesmo modo que, tal seria como que retirar ao terceiro lesado a possibilidade de exigir do verdadeiro responsável/segurado, o pagamento da indemnização, para além da limitação da intervenção deste último numa discussão que, afinal, teve início na relação que estabeleceu com a seguradora, ou seja, seria privar o segurado lesante, do seu direito de defesa, apenas porque, pelo contrato de seguro, transferiu a responsabilidade para a seguradora, *“E, nos processo de*

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

*natureza cível, nada pode criar obstáculos a que o réu narre a verdade (...)*<sup>14</sup>, além de que “(...) a inoponibilidade ao segurador do reconhecimento pelo segurado da sua responsabilidade pode levar a que este não a admita, tidas em conta as consequências patrimoniais daí resultantes.”

Em favor dos que defendem uma demanda directa da seguradora, também nos seguros facultativos, aqueles que configuram o contrato de seguro, como contrato a favor de terceiro, nos termos do art. 443º do CC.

O nosso regime é mais favorável ao lesado relativamente ao que resultaria da aplicação das regras do contrato a favor de terceiro. Trata-se de uma protecção mínima, na medida em que, as partes podem incluir cláusulas no contrato, que vão para além dele, sendo que, estaremos a falar de cláusulas a favor de terceiro.

Acontecendo acidente de viação, a lei prevê que, em primeira instância a indemnização deve ser exigida à seguradora, pelo terceiro lesado. Apenas quando a seguradora não possa assegurar o total ressarcimento, deverá o terceiro interpelar o segurado (cfr. als. a) e b) do n.º 1, do art. 29.º do DL n.º 522/85, de 31 de Dezembro, a que correspondem as als. a) e b), do n.º 1, do art. 64º do DL 291/2007, de 21 de Agosto).

O direito de acção directa permite, neste caso, que o lesado aceda a um benefício constante do contrato, que de outro modo lhe estaria vedado.

Há, portanto, um dever de prestar por parte da seguradora, que é primário e que se decalca sobre o dever de indemnizar, que cabe ao segurado e que acaba por ser secundário. O mesmo é dizer que o direito ao cumprimento de um dever de prestar, molda-se, relativamente ao conteúdo desta prestação, pelo direito a que o dever de indemnizar seja cumprido.

No seguimento do supra exposto, não existem dúvidas relativamente à demanda directa da seguradora numa acção de responsabilidade civil, quando perante contrato de seguro obrigatório, sendo que, a divergência, reforçamos,

---

<sup>14</sup> ALMEIDA, J.C. Moitinho de, “Contrato de Seguro, Estudos”, p. 27, Coimbra Editora, 2009



*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

existe ao nível dos seguros facultativos, em que doutrina e jurisprudência se dividem entre uma intervenção provocada principal, uns, e acessória, outros, como adiante demonstraremos.

«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»

Maria de Lemos Honrado

### 3. Do regime processual civil

#### 3.1. Dos pressupostos processuais

*“Pressupostos processuais são precisamente os elementos de cuja verificação depende o dever de o juiz proferir decisão sobre o pedido formulado, concedendo ou indeferindo a providência requerida. Trata-se de condições mínimas consideradas indispensáveis para, à partida, garantir, uma decisão idónea e uma decisão útil da causa.”<sup>15</sup>*

São eles a personalidade judiciária, a capacidade judiciária, a legitimidade das partes, o interesse processual, a que Montalvão Machado chama de *“interesse em agir”*<sup>16</sup>, o patrocínio judiciário, estes respeitantes às partes; a competência, relativo ao tribunal; e os pressupostos que (...) *respeitam à constituição do objecto e às várias situações de cumulação objectiva.*”, relacionados, portanto, com o objecto da causa.<sup>17</sup> Faltando um deles, o juiz não poderá, à partida, adoptar uma posição sobre a procedência ou improcedência do pedido.

Seguidamente, procederemos a uma descrição mais pormenorizada do pressuposto, legitimidade das partes.

---

<sup>15</sup> VARELA, Antunes, BEZERRA, José Miguel, NORA, Sampaio e, “Manual de Processo Civil”, p. 104, 2ª Edição revista e actualizada de acordo com o Decreto-Lei 242/85, Coimbra Editora, Limitada, 1985.

<sup>16</sup> MACHADO, António Montalvão e PIMENTA, Paulo, “O Novo Processo Civil”, p. 62, 7ª Edição, Almedina.

<sup>17</sup> SOUSA, Miguel Teixeira de Sousa, “Introdução ao Processo Civil”, p. 82, 2ª Edição, Lex, Lisboa, 2000.

«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»

Maria de Lemos Honrado

### 3.1.1. Da Legitimidade das Partes

Importante, para que o juiz possa proferir decisão sobre o mérito da questão, é que autor e réu sejam partes legítimas<sup>18</sup>. O primeiro com interesse directo em demandar, interesse na procedência da acção, o segundo com interesse em contradizer, pelo prejuízo que resulte daquela procedência, sendo que, e, salvo disposição da lei em contrário, “(...) são considerados titulares do interesse relevante para o efeito da legitimidade os sujeitos da relação material controvertida, tal como configurada pelo autor.” (cfr. n.º 3, do art. 26º do CPC, a que corresponde o n.º 3, do art. 30º do Novo Código).

Para o Professor. João de Castro Mendes, “A legitimidade é uma posição de autor e réu, em relação a um objecto do processo, qualidade que justifica que possa ser aquele autor, ou aquele réu, a ocupar-se em juízo desse objecto do processo.”<sup>19</sup>, sendo que, a legitimidade está, por um lado, associada à titularidade de um dos interesses conflituantes, e por outro, ao facto de, autor e réu serem e terem que ser titulares da relação controvertida, estando em causa uma posição justificada de cada um naquela relação<sup>20</sup>.

---

<sup>18</sup> VARELA, Antunes, BEZERRA, José Miguel, NORA, Sampaio e, “Manual de Processo Civil”, pp. 128 e 129, Manual de Processo Civil, 2ª Edição revista e actualizada de acordo com o Decreto-Lei 242/85, Coimbra Editora, Limitada, 1985.

<sup>19</sup> MENDES, João de Castro, “Direito Processual Civil”, II Volume, p. 128, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa.

<sup>20</sup> MENDES, João de Castro, “Direito Processual Civil”, II Volume, pp. 138 e 139, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa.

«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»

Maria de Lemos Honrado

### 3.1.2. Do Litisconsórcio

Casos há, em que, em vez de termos apenas um autor e um réu, podem existir na acção vários autores ou esta ser interposta contra mais que um réu, distinguindo Antunes Varela, J. Miguel Bezerra e Sampaio e Nora entre “*pluralidade activa*” (acção com dois ou mais autores contra um réu), “*pluralidade passiva*” (um autor intenta acção contra mais que um réu) e “*pluralidade mista*” (acção instaurada por dois ou mais autores contra vários réus).<sup>21</sup>, sendo que, “(…) à *unicidade da relação controvertida corresponde uma pluralidade de partes.*”<sup>22</sup>, caso este, em que falamos de “*litisconsórcio*” (por oposição à “*coligação*”, em que à pluralidade de partes corresponde uma pluralidade de relações materiais em litígio).

Na mesma obra, os autores falam ainda de “*pluralidade de partes*”, a que aparece associada a figura da “*intervenção de terceiros*”, a qual pode gerar casos de litisconsórcio ou coligação, bem como casos distintos de pluralidade, como seja a “*assistência*”, sendo que, nesta há uma parte acessória que passa a estar na acção ao lado das partes principais. Mas, neste caso não falamos de litisconsórcio, por não haver “*comunhão de partes principais*” (cfr. última obra citada, página 161). Desta figura nos ocuparemos mais adiante.

---

<sup>21</sup> VARELA, Antunes, BEZERRA, José Miguel, NORA, Sampaio e, “Manual de Processo Civil”, p. 160, Manual de Processo Civil, 2ª Edição revista e actualizada de acordo com o Decreto-Lei 242/85, Coimbra Editora, Limitada, 1985.

<sup>22</sup> MACHADO, António Montalvão e PIMENTA, Paulo, “O Novo Processo Civil”, p. 70, 7ª Edição, Almedina.

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

### **3.1.2.1. Litisconsórcio Voluntário ou Necessário**

Quando classificado quanto à origem, o litisconsórcio pode ser voluntário ou necessário. Voluntário quando resulta da vontade das partes e necessário quando obriga o autor ou autores da acção, ou seja, obriga a que todos os interessados em demandar ou que devam ser demandados, estejam no processo, pelo que, a falta de um deles, gera ilegitimidade<sup>23</sup> e, sendo a ilegitimidade uma excepção dilatória, nos termos da al. e), do art. 494º do CPC, a consequência será a prevista no n.º 2, do art. 493º também do CPC, ou seja a absolvição da instância, não conhecendo, portanto, o juiz, do mérito da causa.

O litisconsórcio voluntário, no regime actual do CPC, vem previsto no art. 27º e não sofreu qualquer alteração de conteúdo com o Novo Código, apenas tendo passado a estar elencado no art. 32.º. Por se turno, o litisconsórcio necessário, que antes estava previsto no art. 28º do CPC, com o Novo Código passará a estar no art. 33.º, tendo, neste caso, sido acrescentado um n.º 3 ao corpo do artigo, embora o conteúdo geral, se mantenha inalterado.

Assim, e como a própria lei indica, o litisconsórcio voluntário verifica-se quando a acção possa ser proposta por todos ou contra todos os interessados, e, nos casos em que a lei nada estatua, pode a acção ser proposta só por um ou contra um dos interessados, de modo que, *“(...) uma acção pode ter por objecto uma relação material controvertida com vários titulares, sem que todos eles sejam parte na causa.”*<sup>24</sup>, pelo que, cabe ao tribunal conhecer da quota-parte do interessado em litígio (cfr. n.º 1, do art. 27º, do CPC, a que corresponde o n.º 1, do art. 32º, do Novo Código), situação esta que encontramos prevista nas obrigações solidárias<sup>25</sup> (como

---

<sup>23</sup> SOUSA, Miguel Teixeira de, “Estudos sobre o novo processo civil”, pp. 152 e 153, 2ª Edição, Lex, Lisboa 1997.

<sup>24</sup> MACHADO, António Montalvão e PIMENTA, Paulo, “O Novo Processo Civil”, p. 71, 7ª Edição, Almedina.

<sup>25</sup> FREITAS, José Lebre de, “Introdução ao Processo Civil, Conceitos e Princípios Gerais”, pp. 180, 2ª Edição, Coimbra Editora, 2006.

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

veremos adiante), previstas no art. 512º do CC, em que o direito pode ser exercido só por um ou contra um dos interessados, bastando que apenas um intervenha para que fique assegurada a legitimidade (cfr. n.º 2, do art. 27º do CPC, a que corresponde o n.º 2, do art. 32º do Novo Código), havendo, portanto, no litisconsórcio voluntário uma “(...) autonomia de cada um das partes litisconsorciadas (...)”<sup>26</sup>, na medida em que, qualquer acto que uma delas pratique, não afecta as restantes.

Também, nos termos da lei, quando esta o preveja ou quando o negócio jurídico ou a natureza da relação material controvertida exijam a intervenção de todos os interessados, estamos perante um caso de litisconsórcio necessário, nos termos do art. 28º do CPC<sup>27</sup>, a que corresponde o art. 33º do Novo Código, como acima indicámos. Mais, pelo litisconsórcio necessário, é dada ao autor a possibilidade de, pelo incidente de intervenção de terceiros, chamar ao processo o sujeito que deveria ter sido inicialmente demandado e sem o qual, a parte já no processo é considerada parte ilegítima.

No entender de Miguel Teixeira de Sousa, *“Os critérios que orientam a previsão do litisconsórcio necessário são essencialmente dois: o critério da indisponibilidade individual (ou da disponibilidade plural) do objecto do processo e o critério da compatibilidade dos efeitos produzidos.”*<sup>28</sup>, sendo que, pelo primeiro critério, estaremos, à partida, perante um caso de litisconsórcio necessário legal ou convencional, e, pelo segundo, perante um caso de litisconsórcio necessário natural, que resulta da natureza da relação material controvertida.

---

<sup>26</sup>FREITAS, José Lebre de, “Introdução ao Processo Civil, Conceitos e Princípios Gerais”, pp. 181, 2ª Edição, Coimbra Editora, 2006.

<sup>27</sup>FREITAS, José Lebre de, “Introdução ao Processo Civil, Conceitos e Princípios Gerais”, pp. 179-181, 2ª Edição, Coimbra Editora, 2006.

<sup>28</sup>SOUSA, Miguel Teixeira de, “Estudos Sobre o Novo Processo Civil”, p. 156, 2ª Edição, Lex, Lisboa, 1997.

«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»

Maria de Lemos Honrado

#### 4. Da Intervenção de Terceiros

Questão incidental é aquela que surge já durante o processo, “(...) distinta da questão principal que dele era objecto, mas com ela relacionada.”<sup>29</sup>.

Na mesma obra, citada no parágrafo anterior, o autor refere-se ao princípio da estabilidade da instância, que vem previsto no art. 268º do CPC, a que corresponde o art. 260º do Novo Código, nos termos do qual, excepto nos casos em que a lei o permita, a instância deve permanecer inalterada, relativamente às partes, pedido e causa de pedir. Mas, como aquele normativo estatui, “(...) salvas as possibilidades de modificação consignadas na lei.”, pelos incidentes da instância, aquele princípio “(...) é susceptível de ser afectado por virtude, da modificação subjectiva, seja pela intervenção de novas partes, seja em razão da substituição de algumas das partes primitivas, seja por virtude da intervenção de terceiros.”<sup>30</sup>, de que nos ocuparemos agora.

É pela intervenção de terceiros que, sujeitos, que no momento da interposição da acção não fazem parte da mesma, podem constituir-se como partes. Consoante se trate de uma Intervenção Principal (art. 320º-329º CPC, a que correspondem os art. 311º-320º do Novo Código), Acessória (art. 330º-341º CPC, a que correspondem os art. 321º-332º do Novo Código) ou de Oposição (Art. 342º-359º CPC, a que correspondem os art. 333º-350º do Novo Código), assim será a posição que aqueles ocuparão no processo<sup>31</sup>.

A intervenção acessória, como a principal, podem ser provocadas ou espontâneas. Provocada quando terceiro é chamado à acção por uma das partes principais e, espontânea quando o terceiro decida intervir na acção principal, por

---

<sup>29</sup> COSTA, Salvador da, “Os Incidentes da Instância”, p. 9, 3ª Edição, Almedina.

<sup>30</sup> COSTA, Salvador da, “Os Incidentes da Instância”, p. 12, 3ª Edição, Almedina.

<sup>31</sup> FREITAS, José Lebre de, “Introdução ao Processo Civil, Conceitos e Princípios Gerais”, p. 189, 2ª Edição, Coimbra Editora, 2006.

«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»

Maria de Lemos Honrado

sua iniciativa. Entre outros casos, a intervenção provocada destina-se a incluir o terceiro no caso julgado da decisão da acção ou obter auxílio da parte acessória na defesa, podendo, por vezes, acontecer que a parte principal seja substituída pelo terceiro, ou até mesmo, excluída.<sup>32</sup>

Na presente tese, não abordaremos a oposição, a qual diverge da intervenção principal e acessória, sobretudo, porque naquela “(...) o terceiro faz valer no processo uma pretensão própria, no confronto das partes primitivas, afirmando um direito próprio, total ou parcialmente incompatível com o do autor (...)”<sup>33</sup> e, tal não releva para as duas posições em confronto. Assim, dedicar-nos-emos apenas à intervenção principal e acessória. Uma e outra intervenção podem surgir ou por iniciativa das partes principais (provocada) ou por iniciativa do terceiro (espontânea), sendo que no que respeita à intervenção principal, esta pode ocorrer nos casos de litisconsórcio necessário ou voluntário, e na intervenção acessória, no entender de Lebre de Freitas, na já citada obra, nos casos em que o réu tenha direito de regresso contra terceiro, podendo chamar este a intervir a título acessório, quando o mesmo não possua legitimidade para intervir como parte principal; também nos casos em que o terceiro tenha interesse em que a decisão da causa seja favorável a uma das partes, pode através da intervenção espontânea, fazer valer os seus direitos<sup>34</sup>.

---

<sup>32</sup> SOUSA, Miguel Teixeira de, “Estudos Sobre o Novo Processo Civil”, p. 175, 2ª Edição, Lex, Lisboa, 1997.

<sup>33</sup> COSTA, Salvador da, “Os Incidentes da Instância”, p. 79, 3ª Edição, Almedina.

<sup>34</sup> FREITAS, José Lebre de, “Introdução ao Processo Civil, Conceitos e Princípios Gerais”, pp. 191-192, 2ª Edição, Coimbra Editora, 2006.



«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»

Maria de Lemos Honrado

#### **4.1. Da Intervenção Principal: Espontânea e Provocada**

Pela intervenção principal, há no processo o cumular da apreciação de uma relação jurídica da titularidade do terceiro substancialmente relacionada com a relação material controvertida delineada perante as partes principais<sup>35</sup>. O terceiro torna-se parte principal, se, no entender de Miguel Teixeira de Sousa, “(...) *faz valer um direito próprio ou se lhe é exigido o cumprimento de um prestação ou o reconhecimento de um direito.*”<sup>36</sup>.

##### **4.1.1. Da Intervenção Principal Espontânea**

A intervenção principal espontânea vem prevista nos art. 320º-324º do CPC, a que correspondem os art. 311º-315º do Novo Código, sendo que no Novo Código, o artº 311 (anterior art. 320º) está redigido sob a epígrafe de “*Intervenção de Litisconsorte*”, que em nosso entender, constitui designação bastante adequada, porquanto no corpo do normativo são configuradas situação de litisconsórcio voluntário, necessário e aqueles casos de litisconsórcio decorrentes das acções propostas por ambos ou contra ambos os cônjuges, tendo a coligação passado a estar prevista num artigo independente (cfr. art. 36º do Novo Código) e não, juntamente com o litisconsórcio, nos termos do anterior art. 320º, b).

A lei estatui, no art. 321º do CPC, a que corresponde o art. 312º do Novo Código, que aquele que intervém a título principal “(...) *faz valer um direito próprio, paralelo ao do autor ou do réu, apresentando o seu próprio articulado ou aderindo aos apresentados pela parte com quem se associa.*”.

---

<sup>35</sup> COSTA, Salvador da, “Os Incidentes da Instância”, p. 78, 3ª Edição, Almedina.

<sup>36</sup> SOUSA, Miguel Teixeira de Sousa, “Estudos Sobre o Novo Processo Civil”, p. 174, 2ª Edição, Lex, Lisboa, 1997.

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

#### **4.1.2. Da Intervenção Principal Provocada**

Estatui o art. 325º do CPC que “1 - *Qualquer das partes pode chamar a juízo o interessado com direito a intervir na causa, seja como seu associado, seja como associado da parte contrária.* / 2 - *Nos casos previstos no artigo 31.º-B, pode ainda o autor chamar a intervir como réu o terceiro contra quem pretenda dirigir o pedido.*”, referindo-se o art. 31º-B aos casos de pluralidade subjectiva subsidiária, ou seja, aqueles casos em que a lei permite a dedução subsidiária ou de pedido subsidiário, pelo autor contra réu diverso do que demanda a título principal, quando haja dúvida fundamentada sobre o sujeito da relação material. O Novo Código fez corresponder o art 325º a um novo 316º, que no seu n.º 1 faz expressa referência aos casos de litisconsórcio necessário, melhor, aos casos em que este é preterido. Nestes casos, tanto o autor como o réu podem chamar a intervir na acção, o sujeito interessado, com legitimidade para intervir na causa, quer como seu associado, quer como associado da parte contrária; e, no seu n.º 2, aquele normativo faz referência expressa aos casos de litisconsórcio voluntário, porque, pelo mesmo, o autor pode fazer intervir na acção, provocar a intervenção de algum litisconsorte do réu que não haja demandado inicialmente ou de terceiro contra quem pretenda dirigir o pedido nos termos do artigo 39º do Novo Código (antes art. 31º-B, acima mencionado). Este artigo 316º do Novo Código prevê ainda possibilidade de a intervenção ser provocada pelo réu nos casos em que este mostre um interesse atendível em chamar a intervir outros litisconsortes voluntários, sujeitos passivos da relação material controvertida ou quando pretenda provocar a intervenção de possíveis contitulares do direito invocado pelo autor.

O art. 329º do CPC prevê o caso especial da intervenção passiva suscitada pelo réu. Àquele normativo corresponde o art. 317º do Novo Código, este sob a epígrafe “*Efectivação do direito de regresso*”. Ora, o n.º 1, do art. 329º do CPC estatui que o incidente de intervenção de terceiro suscitado pelo réu que nisso

### *«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

mostre interesse atendível, tem que ser deduzido obrigatoriamente na contestação ou, não querendo este contestar, no prazo em que a contestação deveria ser apresentada. No art. 317º do Novo Código, aquele n.º 1 deixou de existir, e deu lugar a um n.º 1 que estatui que, se a prestação for exigida na totalidade a algum dos condevedores solidários, o chamamento pode ter como finalidade, o reconhecimento e a condenação na satisfação do direito de regresso que lhe possa vir a assistir, caso tenha que realizar a totalidade da prestação (cfr. anterior n.º 2, do art. 329º do CPC). O n.º 2 do mencionado art. 317º do Novo Código, manteve no essencial o conteúdo do n.º 3, do art 329º do CPC, na medida em que estatui que, se estiver em causa uma obrigação solidária, e, se apenas for impugnada a solidariedade da dívida e a pretensão do autor puder de imediato ser julgada procedente, então, o primitivo réu é, desde logo, condenado no pedido no despacho saneador, prosseguindo a causa entre aquele que provoca a intervenção do terceiro e este último, circunscrita à questão do direito de regresso.

#### **4.2. Da Intervenção Acessória: Provocada e Assistência**

Neste ponto, centrar-nos-emos no enunciado tipo de Intervenção Acessória (art. 330º e ss do CPC, a que corresponde o art. 321º e ss do Novo Código), deixando de lado a análise da Intervenção Acessória do Ministério Público, prevista no art. 334º do CPC e a que corresponde o art. 325º do Novo Código, que se manteve inalterado, por não relevar para a presente dissertação. Na intervenção acessória, *“(...) o terceiro invoca um interesse ou uma relação material controvertida conexa ou dependente daquela que é discutida na acção entre as partes principais, com vista a auxiliar uma delas, desenvolvendo uma actividade processual subordinada à da parte auxiliada, para obstar ao prejuízo que indirectamente lhe poderá advir da decisão proferida no confronto delas.”*<sup>37</sup>.

---

<sup>37</sup> COSTA, Salvador da, “Os Incidentes da Instância”, p. 79, 3ª Edição, Almedina.

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

#### **4.2.1. Da Intervenção Acessória Provocada**

A Intervenção Acessória Provocada está prevista no art. 330º do CPC, a que corresponde o art. 321º do Novo Código, e que não sofreu qualquer alteração. Nos termos do normativo, tem lugar intervenção acessória provocada, quando o réu, que tenha acção de regresso contra terceiro para ser indemnizado do prejuízo que lhe cause a perda da demanda, possa chamar aquele terceiro a intervir como auxiliar na defesa, sempre que o terceiro careça de legitimidade para intervir como parte principal. Mais, acresce dizer que, a intervenção do terceiro chamado, se circunscreve à discussão das questões que tenham repercussão na acção de regresso invocada como fundamento do chamamento, chamamento este que deve ser efectuado, nos termos do art. 331º do CPC, a que corresponde o art. 322º do Novo Código, e que sofreu algumas alterações de conteúdo, sobretudo, no que ao n.º 2 do normativo respeita, ou seja, a decisão que o juiz profira sobre este chamamento, que deve ser efectuado pelo réu na contestação ou no prazo de que dispõe para o fazer, por requerimento, justificando o interesse que legitima a intervenção do terceiro, é irrecorrível e aprecia a relevância daquele interesse, deferindo-o quando a intervenção não perturbe o curso normal do processo e, face às razões invocadas, se convença da viabilidade da acção de regresso ou de indemnização, e da sua efectiva dependência das questões a decidir na causa principal.

Uma vez citado, o chamado passa a beneficiar do estatuto de assistente, que adiante exporemos, nos termos dos art. 337º e seguintes do CPC, a que corresponde, o art. 328º e seguintes do Novo Código.

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

#### **4.2.2. Da Assistência**

A intervenção de terceiros acessória espontânea é feita por via da assistência e, vem prevista nos artigos 335º-341º do CPC, a que correspondem os artigos 326º-332º do Novo Código. No art. 335º (326º do Novo Código), encontramos a definição do conceito e legitimidade da Assistência, ou seja, quando esteja pendente uma causa entre duas ou mais pessoas, nela pode intervir como assistente, para auxiliar qualquer das partes, quem tiver interesse jurídico em que a decisão da causa seja favorável a essa parte. Existe interesse jurídico capaz de legitimar a intervenção do assistente, quando este seja titular de uma relação jurídica, cuja consistência prática ou económica dependa da pretensão do assistido.

Quanto ao momento da intervenção, no caso da assistência o terceiro pode intervir a todo o tempo, tendo de aceitar o processo no estado em que este se encontrar. Posteriormente, a parte principal contrária àquela que o assistente auxiliará, e, não havendo motivo para indeferimento liminar da intervenção, é notificada. Quer esta se oponha ou não, logo possível, decide-se da legitimidade da assistência (cfr. n.º 1 e 3 do art.336º do CPC, a que correspondem os n.º 1 e 3 do art. 327º do Novo Código, e cujo conteúdo permanece inalterado). Sendo a assistência considerada legítima, o assiste passa a ter os mesmos direitos e deveres da parte assistida, estando, porém, a sua actividade subordinada à da parte principal, não podendo praticar actos que esta tenha perdido o direito de praticar<sup>38</sup> nem assumir atitude que esteja em oposição com a do assistido, pelo que, havendo divergência insanável entre a parte principal e o assistente, prevalece a vontade daquela (cfr. n.º 1 e 2 do art. 337º do CPC, a que correspondem os mesmos números do art. 328º do Novo Código). Contudo, e aqui o assistente assume uma posição especial, se a

---

<sup>38</sup> FREITAS, José Lebre de, “Introdução ao Processo Civil, Conceitos e Princípios Gerais”, pp. 190-191, 2ª Edição, Coimbra Editora, 2006.

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

parte principal assistida, for considerada revel, o primeiro torna-se seu substituto processual, não sendo, no entanto, permitida a realização de actos que o segundo tenha perdido o direito de praticar (cfr. art. 339º do CPC, a que corresponde o art. 330º do Novo Código).

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

## **5. Análise de Jurisprudência**

Como já dissemos antes, e agora relembremos, a presente tese incide na divergência de opiniões que existe entre aqueles que, perante contrato de seguro facultativo de responsabilidade civil, consideram que o terceiro, pode exigir o cumprimento da prestação tanto ao segurado como à seguradora (caso de litisconsórcio voluntário, nos termos do art. 27.º do Código de Processo Civil (doravante, CPC, a que corresponde o art. 32º do Novo Código de Processo Civil, Lei n.º 41/2013, de 26 de Junho, com entrada em vigor em 1 de Setembro do corrente, doravante designado Novo Código), uma vez que, e ao invés de procurar no contrato a fixação pelas partes de atribuição expressa de um direito de crédito ao terceiro, parte de uma concepção de que, um contrato de seguro de responsabilidade civil é, em abstracto, um contrato a favor de terceiro, nos termos do art. 443º do CC, através do qual, há atribuição de uma prestação a um beneficiário não interveniente no contrato de seguro. Da mesma forma, o segurado demandado, poderá fazer intervir, como interveniente principal, a seguradora como ré, por aplicação da al. a), do art. 325 º do CPC (a que corresponde o art. 316º do Novo Código) – intervenção principal provocada. Outros há que, além de não partirem daquela concepção do contrato de seguro como contrato a favor de terceiro, consideram que, e, sem uma certeza de que foi atribuído um direito de crédito ao terceiro, a seguradora é, antes, titular de uma acção de regresso, em conexão com a relação material controvertida, apenas com um interesse secundário, acessório na acção principal, devendo a sua intervenção na acção principal deve ser acessória, nos termos do art. 330º do CPC (art. 321º do Novo Código).

Importa antes, ainda, uma breve definição de seguros obrigatórios e facultativos, sendo que, e em nome do princípio da liberdade contratual, previsto no art. 405º do CC, existe um direito de querer ou não querer celebrar um contrato

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

de seguro, o que significa que, regra geral, os seguros são facultativos, e, nestes, as partes podem inserir cláusulas que considerem necessárias.<sup>39</sup> Casos há em que, estando em causa a tutela de lesados, a lei obriga a que, verificados determinados pressupostos, sejam celebrados aqueles contratos.<sup>40</sup>

Passemos, então, ao estudo crítico de algumas situações que surgem em tribunal, no âmbito do contrato de seguro e que nos permitirão melhor compreender as questões que temos vindo a colocar.

---

<sup>39</sup> Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, Processo 770/07.5TBGRD.C1, de 25-10-2011  
<http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/4abfffd5d8fetc4e8025794f00503cae?OpenDocument>

<sup>40</sup> MARTINEZ, Pedro Romano, “Direito dos Seguros”, pp. 66 e 67, 1ª edição – Abril de 2006, Principia.



*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

**5.1. Intervenção da Seguradora pelo incidente da Intervenção Principal Provocada**

- **Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães de 06.01.2011, no Processo 5907-09.7TBBERG-A.G1<sup>41</sup>**

**(aplica-se-lhe o DL 72/2008, de 16 de Abril)**

**Contrato de Seguro de responsabilidade civil (facultativo)**

**Preceitos legais que fundamentam a decisão da Relação:** artigos 444º e 497º, ambos do CC e os artigos 31º-B (39º do Novo Código), 325º (316º do Novo Código) e 329º (317º do Novo Código), todos do CPC;

**Dos factos:** a A. intentou acção declarativa de condenação contra a C, S.A., uma vez que após aplicação da argamassa de reboco exterior que esta forneceu àquela, para aplicar em obra sua, e produzida numa central da Ré, começaram a cair os cerâmicos que haviam sido colocados, o que ficou a dever-se a erros na concepção e produção daquela argamassa. A Ré reconheceu a deficiência do produto, tendo, por isso, oferecido à Autora um ou dois silos de argamassa de compensação. O edifício em causa, destinado à habitação, ficou assim vulnerável à intempérie, e comprometida a sua impermeabilização, causando à Autora os prejuízos que reclamou na acção.

A Ré C, S.A. entende que em caso de condenação terá direito a ser indemnizada pela companhia de seguros, com base na apólice de seguro constante dos autos, a qual titula o contrato de seguro celebrado entre ambas, e cujo efeito, é no entendimento da Ré, teve por efeito a transferência da sua responsabilidade civil geral para a dita seguradora. Na verdade o que se transfere é o risco que decorre

---

<sup>41</sup> Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães de 06.01.2011, no Processo 5907/09.7TBBERG-A.G1  
<http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf/86c25a698e4e7cb7802579ec004d3832/29d915c4faef91538025783e0042aa87?OpenDocument>

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

da verificação do evento aleatório referido no parágrafo anterior, para a seguradora, conforme obra supra citada (Pedro Romano Martinez), e não, a responsabilidade civil.

Nestes termos, procurou o tribunal *ad quem* responder à questão da admissibilidade do incidente de intervenção principal provocada da seguradora (Companhia de Seguros I, S.A.), tendo concluído pela sua admissibilidade. Vejamos em que termos.

Já acima mencionamos a nossa discordância com o facto de a Ré defender o entendimento de que, pelo contrato celebrado com a seguradora, havia transferido para esta, a responsabilidade civil emergente dos danos causados a terceiro, por sinistro decorrente da sua actividade de empresa produtora de bens. Contudo, este tipo de incidente não se destina a cobrir as situações em que a Ré pretende fazer-se substituir por quem ela entende ser o responsável pelas anomalias verificadas no imóvel da Autora, uma vez que, é esta quem escolhe os intervenientes processuais, aferindo-se a legitimidade das partes pela forma como o autor configura a relação material controvertida.

Como também já afirmamos, o incidente de intervenção principal provocada pressupõe a existência de uma situação de litisconsórcio voluntário ou necessário.

O incidente de intervenção de terceiro afecta o princípio da estabilidade da instância, gerando uma modificação subjectiva. O acórdão em análise partilha a opinião de Gama Prazeres, na Obra “Dos Incidentes da Instância no Actual CPC”, p. 102, e estabelece a diferença entre os conceitos de “terceiro” e “parte”, sendo que, terceiro é aquele por quem ou contra quem se solicita, em nome próprio, providência judicial para tutela de direito e interesse, e a legitimidade do interveniente deve aferir-se pela sua ligação com a relação material controvertida, estabelecida entre as partes principais.

Seguindo o entendimento da Relação, a intervenção principal, espontânea ou provocada, não é admissível, quando os interesses substantivos ou processuais do

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

terceiro forem opostos aos da parte, ao lado da qual se pretende a sua intervenção, da mesma forma que não é permitido que o A. substitua o R., porque se enganou na pessoa contra quem dirigiu a acção.

Determinante na intervenção principal provocada é que o terceiro chamado e a parte principal a que aquele pretende associar-se, tenham igual interesse na causa, não devendo a intervenção destinar-se apenas a prevenir que se venha a considerar que a parte primitiva não é titular do interesse que se pretende assegurar.

Por outro lado, afirma a Relação que, a intervenção na lide de alguma pessoa como associado do réu pressupõe um interesse litisconsorcial no âmbito da relação controvertida, apenas viável tendo em conta os moldes em que a acção é colocada pelo autor, pelo que, todo e qualquer interesse externo ao que rege a relação material controvertida, delimitada pelo autos, não tem lugar naquela acção específica. Neste ponto, a Relação apoiou-se na opinião de Salvador da Costa, na obra “Os Incidentes da Instância”, já citada, da Editora Coimbra, ano 1999, p. 104, a que corresponde a p. 108 da Edição de 2002.

O tribunal *ad quem* concorda com o tribunal *a quo* na parte em que afirma que, e passamos a transcrever “Da análise da apólice de fls. 141 a 176 decorre que o contrato de seguro invocado não foi efectuado para vigorar associado a qualquer sinistro em particular, mas antes no sentido de garantir, de um modo geral, a responsabilidade civil da ré perante terceiros relativamente a riscos inerentes à sua actividade, nomeadamente relativamente a danos decorrentes de lesões causadas a terceiros pelos produtos fabricados, armazenados, fornecidos, distribuídos e/ou vendidos pelo segurado, após entrega. – v. ponto III a fls. 155 dos autos”.

Novamente, é a intervenção principal provocada o meio adequado de associar a Seguradora à Ré? Esta questão tem surgido sobretudo quando estão em causa seguros não obrigatórios e se quer fazer intervir na acção a Seguradora (como já ficou dito acima, lembramos, a questão já não se coloca ao nível dos seguros obrigatórios de responsabilidade civil).

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

Já acima procuramos definir o conceito de contrato de seguro, embora na lei, não encontremos uma definição propriamente dita. Começamos pelo conceito de contrato, o qual não é só um acordo com eficácia obrigacional, mas também um acordo que transmite ou extingue créditos e obrigações, além de criar, modificar ou extinguir situações jurídicas de outra natureza (pessoas e associativas, por exemplo)<sup>42</sup>. No que ao contrato de seguro respeita, decorre do art. 1º do mencionado Anexo ao DL 72/2008 que, pelo contrato de seguro, a seguradora obriga-se a suportar um risco, as consequências da verificação do sinistro, tendo como contrapartida o pagamento do prémio, por parte do segurado<sup>43</sup>, entendendo a Relação que, celebrado o contrato, “(...) nas relações internas, a seguradora coloca-se na posição de quem é obrigada a indemnizar e o segurado na posição de quem tem que demonstrar o dano, a sua relação com o sinistro, bem como a sua extensão e valorização”. Contudo, e em face da sua natureza de contrato a favor de terceiro, nos termos do art. 444º do CC, o contrato de seguro de responsabilidade civil, segundo a Relação, impõe à Seguradora a obrigação de satisfazer a indemnização devida, o que confere ao terceiro o direito de demandar directamente a seguradora, ou o segurado, ou ambos, o que constitui uma situação de em litisconsórcio voluntário. Entendimento este, de que discordamos, pelos motivos que ficarão mais claros, aquando da análise da jurisprudência relativa ao incidente da intervenção acessória. No mesmo sentido da Relação no acórdão em análise, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, datado de 16-01-1970, no processo 062884 estatui no seu sumário que *“As companhias de seguros, para as quais haja sido transferida a responsabilidade pela indemnização dos prejuízos causados por automóveis em circulação, podem ser demandadas directamente por*

---

<sup>42</sup> ALMEIDA, Carlos Ferreira de, “Contratos I, Conceito-Fontes-Formação”, p. 26, 2ª Edição, Almedina, 2003.

<sup>43</sup> CORDEIRO, António Menezes Cordeiro, “Direito dos Seguros”, p. 427º, Almedina 2013.

Noção que, segundo o autor, remonta ao art. 1672º do Código Ferreira Borges (1833), e cujo conteúdo o também aqui se transcreve “O seguro é o contrato, pelo qual o segurador se obriga para com o segurado, mediante um prémio, a indemnizá-lo d’uma perda ou dano, ou da privação d’um lucro esperado, que possa sofrer por um evento incerto.”

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

*quem tiver direito a indemnização.”, pelo que, “O lesado tem o direito de demandar directamente a companhia seguradora, ou o segurado, ou ambos em litisconsórcio voluntário; assim, a circunstância de não exigir do segurado a indemnização devida não constitui causa liberatória da responsabilidade da seguradora. Deste modo, a desistência do pedido em relação ao segurado não impede o prosseguimento da causa contra a companhia seguradora.”.*<sup>44</sup> Com a mesma convicção, os acórdãos da Relação de Lisboa de 07.11.2006, proc. 7576/2206-7, e da Relação do Porto de 06.07.2009, proc. 721/08.0TVPRT-A.P1, que analisaremos de seguida.

O tribunal *ad quem* entende que, perante o lesado, o segurado e a seguradora são solidariamente responsáveis, nos termos do art. 497º, do CC, posição de que, salvo o devido respeito, somos obrigados a discordar, porquanto, já atrás ficou esclarecido que, o que existe da parte da seguradora não é uma obrigação de indemnizar, mas sim de prestar, de cumprir uma obrigação que assumiu pelo contrato de seguro e que, pela responsabilização civil do segurado lesante, é, assim, “activada”. Pelo que, o segurado continua responsável pelos danos causados ao terceiro lesado, uma vez que existe um contrato de seguro, e porque, o que se transfere para a esfera da Seguradora é o pagamento do quantum indemnizatório e não a responsabilidade jurídica pela verificação do sinistro.

Neste ponto, e para justificar a sua posição, a Relação invoca o art. 329º do CPC, sob a epígrafe “Especialidades da intervenção passiva suscitada pelo réu”, que no Novo Código está previsto no art. 317º, sob a epígrafe “Efectivação do direito de regresso”, na medida em que, e, perante uma pluralidade de devedores, o co-devedor demandado tem a possibilidade, segundo o tribunal *ad quem*, de repercutir sobre o chamado, no todo ou em parte, o sacrifício patrimonial resultante do cumprimento da obrigação que lhe é exigida.

---

<sup>44</sup> Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, datado de 16-01-1970, Processo 062884  
<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/3f20bbcc394ec78f802568fc00399a73?OpenDocument>

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

Conclui a Relação que, só pela intervenção litisconsorcial provocada passiva poderia a Ré operar uma defesa conjunta no confronto à Autora e, bem assim acautelar eventual direito de regresso, se for compelida a pagar a totalidade do débito. O tribunal *ad quem* entende que o contrato de seguro transforma a seguradora em titular da relação material controvertida, com interesse principal e não meramente secundário na mesma, sendo assim de considerar que, deve ser admitida a sua intervenção principal provocada, posição que, e, salvo melhor entendimento, como já antes afirmamos, não seguimos.

- **Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 07.11.2006, no Processo 7576/2206-7<sup>45</sup>**

**(antes da entrada em vigor do DL 72/2008, de 16 de Abril)**

**Contrato de Seguro de responsabilidade civil automóvel (obrigatório, nos termos do regime em vigor no n.º 1, do art. 4º do DL 291/2007, de 21 de Agosto)**

**Preceitos legais que fundamentam a decisão da Relação:** artigos 444º e 497º, ambos do CC e os artigos 31º-B (39º do Novo Código), 325º (316º do Novo Código) e 329º (317º do Novo Código), todos do CPC;

**Dos factos:** A Autora, S., Lda. instaurou acção declarativa de condenação contra T., Lda. pedindo a condenação desta no pagamento de indemnização pelos danos decorrentes de um sinistro ocorrido com uma das viaturas da ré, no âmbito de um serviço de transporte que esta efectuou para a autora.

Por seu turno, a Ré deduziu incidente de intervenção principal provocada da Companhia de Seguros, alegando a existência de um contrato de seguro, pelo qual

---

<sup>45</sup> Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 07.11.2006, no Processo 7576/2206-7  
<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/ec81ac38d6018f0d8025724200543dba?OpenDocument>

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

transferira a responsabilidade civil pelos eventuais danos causados pela sua actividade de transportador.

Nestes termos, procurou a Relação procurar tomar posição sobre a questão da adequação do incidente da intervenção principal provocada para, em associação com a ré, a seguradora ser chamada à acção de responsabilidade civil.

Também neste caso, como no anterior, a Relação frisar o facto de que, por força do contrato, a seguradora fica na obrigação de indemnizar os danos que o segurado cause a terceiro. Enquanto que, por seu turno, ao segurado cabe “(...) *demonstrar o dano, a sua relação com o sinistro, bem como a sua extensão e valorização.*”.

Mais reforça que, e neste ponto concordamos com o tribunal *ad quem*, caso a seguradora seja condenada individualmente e tenha que pagar a indemnização, o segurado não fica desobrigado perante o terceiro, uma vez que, a responsabilidade pelo sinistro é do segurado, e esta não se transfere, além de que, a seguradora terá, na qualidade de co-devedora, direito de regresso contra o segurado, por se lhe ter imposto todo o sacrifício patrimonial que resulta do contrato.

Em conclusão, e com os mesmos fundamentos legais do caso anterior, no caso em apreço, os factos descritos integram uma situação de intervenção principal provocada por parte da seguradora, tanto mais que, e embora se os factos datem de momento anterior à entrada em vigor do DL 72/2008 de 16 de Abril, o n.º 1, do art. 2º, deste DL, estatui que o regime é aplicável aos “(...) contratos de seguro celebrados anteriormente que subsistam à data da sua entrada em vigor”. Vamos admitir que este é o caso e, como tal, aplicaríamos o n.º 1, do art. 146º do referido DL, ao qual acresce a al. a) do n.º 1, do art. 64º do DL 291/2007, de 21 de Agosto (este artigo já sofreu alterações pelo DL 153/2008, de 6 de Agosto, mas não naquele ponto), pelo que, estando em causa obrigatório de responsabilidade civil automóvel, existe o dever do terceiro lesado demandar directamente a seguradora, e quanto a isto, não existem quaisquer dúvidas ou divergências.

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

Adiante faremos uma breve referência ao seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel.

- **Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 06.07.2009, Processo 721/08.0TVPRT-A.P<sup>46</sup>**

**(o acórdão tem data posterior à entrada em vigor do DL 72/2008, de 16 de Abril, mas os factos são anteriores)**

**Contrato de Seguro de responsabilidade civil (facultativo)**

**Preceitos legais que fundamentam a decisão da Relação:** n.ºs 1, 2 e 3, do art. 140º e o n.º 1 do art. 146º todos do anexo ao DL 72/2008, de 16 de Abril; art. 443º, 444º, 497º, 692º, 741º e 753º, todos do CC; n.º 2, do art. 2º e n.º 1, do art. 27º, ambos do CPC (este último passará a estar previsto no n.º 1, do art. 32º do Novo Código) e als. a) e b) do n.º 1 do art. 29º do DL 522/85, de 31 de Dezembro, a que correspondem as als. a) e b), do n.º 1, do art. 64º do DL 291/2007, de 21 de Agosto (apenas os relevantes para o tema)

**Dos factos:** A A. demandou a 1.ª Ré na qualidade de proprietária de um prédio confinante com o seu, onde habita, e a 2.ª Ré na qualidade de empreiteira das obras que a mesma está a realizar no prédio da 1.ª Ré, as quais causaram vários danos na habitação da A., para além dos danos não patrimoniais que discrimina, pede a A., a condenação solidária das rés no pagamento dos prejuízos invocados, tendo ainda sido admitida a intervenção principal da Companhia de Seguros B, S.A., na qualidade de seguradora da 2.ª ré.

---

<sup>46</sup> Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 06-07-2009, Processo 721/08.0TVPRT-A.P  
<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/01bc531e782fc7ce802575f20045a249?OpenDocument>



«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»

Maria de Lemos Honrado

Deste modo, no caso em apreço, a Relação procurou decidir sobre a questão da legitimidade da seguradora, da sua intervenção pelo incidente da intervenção principal provocada.

Entende desde logo o tribunal *ad quem*, ser de considerar o contrato de seguro em causa, um contrato a favor de terceiros, nos termos do art. 443º do CC, e, como tal, pela celebração daquele contrato, facultativo, obriga-se a seguradora perante o terceiro lesado, a satisfazer a indemnização devida pelo segurado lesante, podendo aquele terceiro demandar directamente a seguradora ou o segurado, ou ambos em litisconsórcio voluntário, nos termos do art. 27º do CPC, a que corresponde o art. 32º do Novo Código. Pelos motivos que adiante ficarão mais claros, com o devido respeito pelo digníssimo tribunal *ad quem*, também neste caso discordamos, porquanto a demanda directa da seguradora, só está consagrada na lei, relativamente aos seguros obrigatórios, como já referimos, nos termos do n.º 1, art. 146º do Anexo ao DL 72/2008, de 16 de Abril, e que, neste acórdão, salvo melhor entendimento, não terá sido correctamente invocado para sustentar a posição do tribunal *ad quem*.

Continua a Relação, afirmando que, na acção que é intentada contra o segurado com base na responsabilidade extracontratual por facto ilícito, a seguradora, para quem foi transferida a responsabilidade civil do segurado, intervém apenas para ser condenada solidariamente com o segurado, com base nos factos consubstanciadores da referida responsabilidade extracontratual, a qual “(...) *emerge da violação dos direitos de outrem ou de qualquer disposição legal que imponha uma determinada conduta ou destinada a proteger interesses alheios.*”<sup>47</sup>, e não com base na responsabilidade civil contratual, a qual, e mais uma vez citando a obra anteriormente referida, “(...) *emerge da violação das obrigações contratuais,*

---

<sup>47</sup> Almeida, Ana Luísa Gaspar Mascate de Sousa, “A Natureza social dos seguros obrigatórios de responsabilidade civil”, p. 5, XI Curso de Pós-graduação em Direito Bancário, da Bolsa e dos Seguros, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2009/2010.

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

*ou seja, resulta do incumprimento ou cumprimento defeituoso por parte de uma das partes no contrato (...).* No caso dos autos, o que está em causa não são as relações estabelecidas entre o segurado e a sua seguradora, mas sim a relações estabelecidas entre o lesado e a seguradora, pelo que, e na concepção do contrato de seguro como contrato a favor de terceiros, como o tribunal *ad quem* defende, por via daquele contrato o lesado adquire o direito a uma prestação, podendo demandar directamente a seguradora, pela atribuição de um benefício a um terceiro não interveniente no contrato, para além de que, decorrendo para a seguradora a obrigação de indemnizar o lesado, por força da celebração do contrato de seguro, não se libera da responsabilidade em que o lesante haja incorrido pelo pagamento ao mesmo, nos termos dos artigos 741º, n.º 2 do art. 692º e 753º, todos do CC, porquanto, uma coisa são os direitos do lesado contra o lesante, mesmo quando esteja transferida a responsabilidade para a seguradora e esta tenha sido demandada, outra coisa são os direitos do segurado contra a seguradora, relacionados com direitos emergentes do contrato de seguro. Salvo o devido respeito pelo douto tribunal da Relação, procuraremos demonstrar o contrário da posição aqui defendida nos acórdãos a seguir analisados.

Conforme mencionado no acórdão anterior, também aqui o tribunal *ad quem* refere ser esta a interpretação a ser seguida, no caso da responsabilidade civil obrigatoriamente transferida para a seguradora por acidente de viação, nos termos já indicados, com a dispensa da demanda do segurado em simultâneo com a seguradora, quando o pedido indemnizatório se situa dentro do valor do capital seguro\_cfr. als. a) e b) do n.º 1, do art. 29.º do DL n.º 522/85, de 31 de Dezembro (a que correspondem as als. a) e b), do n.º 1, do art. 64º do DL 291/2007, de 21 de Agosto).

A Relação ainda coloca a questão de se haverá mesmo demanda directa da seguradora, isoladamente ou em litisconsórcio voluntário com o segurado, quando em causa um seguro facultativo, concluindo que, por ser o contrato de seguro um contrato a favor de terceiro e apoiando-se, em nosso entender erradamente, nos

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

preceitos n.º 2.º, do art. 2.º do CPC (que se mantém na mesma posição no Novo Código), conjugado com o n.º 1, do art. 27.º (n.º 1, do art. 32.º do Novo Código), bem como no art. 497.º do CC e, ainda de forma mais errada, no Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de Abril, retirando dos artigos 140º e 146º daquele DL, uma conclusão que, e com toda a clareza, sobretudo no n.º 1 do art. 146º, é de aplicar apenas aos seguros obrigatórios.

Conclui, portanto, a Relação com os fundamentos acima indicados que, sendo o contrato de seguro de responsabilidade civil um contrato a favor de terceiro, a seguradora, ao celebrar esse acto jurídico, obriga-se, também, para com o lesado a satisfazer a indemnização devida pelo segurado, ficando aquele com o direito de demandar directamente a seguradora, o segurado ou ambos, em litisconsórcio voluntário.

**5.1.1. Breve referência ao caso especial do Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil Automóvel**

O regime especial que regula o seguro automóvel vem sofrendo alterações com vista a uma cada vez maior e perfeita garantia da protecção dos “(...) *legítimos interesses, dos lesados por acidentes de viação.*”<sup>48</sup>.

Ora, logo no início do DL 291/2007, de 21 de Agosto<sup>49</sup>, o art. 4º refere-se à obrigação de segurar que recai sobre todo aquele que possa ser civilmente responsável pelos danos causados a terceiros por veículo terrestre a motor, ou seja, deve haver uma cobertura por seguro, que garanta aquela responsabilidade.

---

<sup>48</sup> CORDEIRO, António Menezes e MORGADO, Carla Teixeira, “Leis dos Seguros Anotadas, Direito Institucional, Direito Material e Direito Comunitário”, pp. 287 e 298, Almedina, 2002.

<sup>49</sup> Diário da República, 1.ª série — N.º 160 — DL 291/2007, de 21 de Agosto de 2007, Regime do Seguro Automóvel.

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

A estatuição, nos termos da qual, havendo acordo expresse no contrato de seguro, pode o tomador do seguro pagar parte da indemnização devida a terceiros, não é oponível aos terceiros lesados, uma vez que a regra no seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel é a de que, a responsabilidade civil que decorre de acidente de viação é efectuada pela interposição obrigatória de acção contra a seguradora, desde que o pedido formulado o seja dentro dos limites estabelecidos para o seguro obrigatório, ressalvadas as excepções previstas na al. b), do n.º 1 do art. 29.º do DL primeiramente referido, a que corresponde a al. b), do n.º 1, do art. 64.º do DL 291/2007, de 21 de Agosto, bem como a do n.º 2, nos termos do qual, ainda que demandada a título principal, pode a seguradora, fazer intervir o tomador do seguro, e a dos n.º 3 (demandado é o civilmente responsável), do mesmo diploma.

No que à mencionada al. b) concerne, importante dizer que, estando em causa seguro facultativo de responsabilidade civil automóvel relativamente ao montante que excede o seguro obrigatório, falamos inevitavelmente de um litisconsórcio passivo necessário entre a seguradora e o civilmente responsável<sup>50</sup>.

Como já havíamos mencionado no *Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 27.11.2008, no Processo 8398/08-2*, no seguro obrigatório, como seja o seguro automóvel obrigatório, o terceiro lesado tem uma expectativa juridicamente protegida de beneficiar de um direito de crédito, bem como da garantia que aquele direito contém, embora o contrato tenha sido celebrado entre o segurado e a seguradora. No caso do seguro automóvel, a acção do lesado é SEMPRE proposta contra a seguradora (cfr. mencionado Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, datado de 16-01-1970, Processo 062884), salvas as excepções anteriormente

---

<sup>50</sup> GERALDES, António Santos Abrantes e SANTO, Luís Filipe Espírito Santo, Coordenação, *Acórdão da Relação de Évora, de 27 de Janeiro de 2000, “Responsabilidade Civil e Contrato de Seguro”*, Jurisprudência 2000-2011, pp. 579 e 580, Colectânea de Jurisprudência, Edições.

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

mencionadas, sendo que e na falta de seguro obrigatório, é criado um fundo a favor dos lesados que sejam atingidos.

Por outro lado, quando o seguro é facultativo, o terceiro lesado que responsabilize o segurado lesante, poderá ser ressarcido pela seguradora, ou seja, já não há uma obrigação de intentar contra a seguradora, mas sim uma possibilidade, admitindo que está em causa um contrato a favor de terceiro, ainda que atípico, uma vez que, não há um direito de crédito autonomamente adquirido pelo terceiro. Ora, tendo o segurado lesante celebrado contrato com a seguradora, nos termos do qual, esta se obriga a garantir a um terceiro beneficiário, até determinada quantia, o cumprimento das obrigações do segurado, neste caso a prestação a exigir é só uma e pode sê-lo ao segurado ou à seguradora, em litisconsórcio voluntário.

Concluindo, salvas as excepções previstas na lei, no seguro de responsabilidade civil automóvel, a seguradora intervirá sempre na acção ou como parte principal (seguro obrigatório) ou pelo incidente da intervenção principal provocada (seguro facultativo).

### **5.1.2. Conclusões:**

Pela análise conjunta dos acórdãos supra, a tese que os mesmos se apoiam é a de que, a seguradora deve intervir na acção pelo incidente da intervenção principal provocada, que pressupõe, normalmente, situações de litisconsórcio passivo, voluntário (art. 27º do CPC e 32º do Novo Código) ou necessário (art. 28º do CPC e 33º do Novo Código).

A legitimidade das partes afere-se pela forma como o autor configura a relação material controvertida, a legitimidade do terceiro interveniente pela sua relação com aquela, sendo que, os interesses do terceiro não podem ser opostos aos da parte a que pretende associar-se mas sim, existir um igual interesse na causa.

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

Nos três casos analisados, o contrato de seguro é entendido como um contrato a favor de terceiro, nos termos dos artigos 443º e 444º do CC. Celebrado o mesmo, a seguradora assume a obrigação de suportar o risco, a obrigação de indemnizar, e, bem assim, pode o terceiro demandar directamente a seguradora ou o segurado, ou ambos em litisconsórcio voluntário, sendo que “(...) a desistência do pedido em relação ao segurado não impede o prosseguimento da causa contra a companhia seguradora.” (Ac. STJ, de 16-11-1970), uma vez que, no contrato a favor de terceiro, há atribuição de uma prestação a um beneficiário não interveniente no contrato de seguro e, a seguradora que pague ao segurado, não está liberada de pagar ao lesado, nos termos dos artigos 741º, n.º 2, do art. 692º e 743º, todos do CC, pois que, uma coisa são os direitos do lesado contra o lesante e outra, os direitos do segurado contra a seguradora, os quais decorrem do contrato de seguro.

Por seu turno, o pagamento do *quantum* indemnizatório pela seguradora, não “iliba” o segurado da sua responsabilidade jurídica pela verificação do sinistro, porquanto a seguradora é condenada com base na responsabilidade extracontratual e não na responsabilidade civil contratual. Enquanto responsáveis solidários, nos termos do art. 497º do CC, quando um deles tem que pagar a totalidade da prestação, o chamamento pode visar, não só uma defesa conjunta, mas também a condenação na satisfação do direito de regresso (n.º2, do art. 329º do CC, a que corresponde o n.º 1, do art. 317º do Novo Código).

No caso específico do seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel, o legislador dispensou mesmo a demanda do segurado em simultâneo com a seguradora quando o pedido indemnizatório se situa dentro do valor do capital seguro\_cfr. als. a) e b) do n.º 1, do art. 29.º do DL n.º 522/85, a que correspondem as als. a) e b), do n.º 1, do art. 64º do DL 291/2007, de 21 de Agosto.

Jurisprudência há que, como vimos, de forma, em nosso respeitoso entendimento, equívoca sustenta que, a conclusão pela demanda directa da seguradora, no caso de seguro facultativo, é aquela que emerge Decreto-Lei n.º

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

72/2008, de 16 de Abril (n.ºs 1, 2 e 3, do artigos 140.º e o n.º 1, do art. 146.º), sendo, no entanto, estabelecidas, regras específicas, conforme a situação em causa.

Em suma, com a intervenção principal provocada (art. 325º do CPC e 316º do Novo Código), em litisconsórcio passivo, da seguradora e do segurado, pretende-se uma defesa conjunta contra o credor, bem como, acautelar eventual direito de regresso (n.º 2, do art. 329º do CPC e n.º 1, do art. 217º do Novo Código), já que, o contrato de seguro transforma a seguradora em titular da relação material controvertida, com um interesse principal.

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

**5.2. Intervenção da Seguradora pelo incidente da Intervenção Acessória Provocada**

- **Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 27.11.2008, no Processo 8398/08-2<sup>51</sup>**

**(o acórdão tem data posterior à entrada em vigor do DL 72/2008, de 16 de Abril, embora os factos sejam anteriores)**

**Contrato de Seguro de responsabilidade civil (facultativo)**

**Preceitos legais que fundamentam a decisão da Relação:** n.ºs 1 e 3, do artigos 26.º, art. 27.º, 28.º, 28.º-A, 320.º, 325.º, 330.º e n.º 3, do art. 510.º, todos do CPC (a que correspondem, respectivamente, os artigos 30.º, 32.º, 33.º, 34.º, 311.º, 316.º, 321.º e n.º 3, do art. 595.º, todos do Novo Código).

**Dos factos:** A A. intentou contra a Companhia de Seguros, S.A. e CZ, Lda. acção declarativa com processo ordinário, através da qual pede a condenação solidária das rés a pagarem-lhe a quantia de € 15.088,89, correspondente à indemnização por danos patrimoniais e não patrimoniais que invoca, acrescida de juros moratórios desde a data da citação até efectivo pagamento, porquanto, no dia 23.08.2001, utilizou a A. um divertimento existente na Feira Popular, propriedade da segunda ré, que se caracterizava por possuir um túnel que funcionava como escorrega e, a autora, ao escorregar, atingiu alguma velocidade e foi projectada pela saída do túnel, caindo directamente no chão de cimento, alegou ainda que a segunda ré é responsável pelos danos resultantes da exploração do equipamento de diversão e que havia transferido para a primeira ré a responsabilidade civil

---

<sup>51</sup> Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 27.11.2008, no Processo 8398/08-2  
<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/e6e1f17fa82712ff80257583004e3ddc/8494b8cdad866735802575ad003ac23e?OpenDocument>



*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

emergente de tal actividade, pelo que esta responde solidariamente nos termos do artº 497º do CC.

Aqui o tribunal *a quo* conclui pela ilegitimidade da seguradora, na medida em que, esta não poderia ser demandada como parte principal, nem poderia ser admitido o incidente de intervenção principal provocada previsto no artigo 325º do CPC, por forma a desencadear uma situação de litisconsórcio sucessivo. A seguradora não é titular da relação controvertida tal como configurada pela autora na petição inicial, *“(...) sendo antes sujeito passivo de uma relação jurídica (contrato de seguro) que é conexa com a relação material controvertida, inexistindo, portanto, litisconsórcio necessário ou voluntário entre a ré/lesante e a sua seguradora, não podendo esta ser demandada como parte principal, nem poderá ser admitido o incidente de intervenção principal provocada previsto no artigo 325º do CPC, por forma a desencadear uma situação de litisconsórcio sucessivo, apenas se justificando a intervenção acessória da seguradora, à luz do artigo 330º do CPC, como auxiliar da ré/lesante, com vista a uma futura acção de regresso contra a mesma, e por forma a ser indemnizada pelos prejuízos que venha a sofrer com a perda da demanda.”*, entendimento este que a Relação manteve.

Tendo sido celebrado contrato de seguro não obrigatório, e, havendo responsabilidade civil do segurado, a Relação entende que, aquele contrato apenas confere à seguradora um interesse processual secundário, podendo a mesma intervir na acção de responsabilidade civil, mas apenas a título acessório.

Mais, defende que, ao exigir-se que o requisito da legitimidade esteja preenchido, pretende-se que a causa seja julgada entre os verdadeiros e principais interessados na relação jurídica, sendo, portanto, necessário que estejam na acção o autor, o réu e todos os que forem titulares da relação jurídica em questão. Como também já afirmamos anteriormente, para aferir a legitimidade importa atender apenas ao pedido e causa de pedir.

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

No caso ora analisado, a autora demandou as rés, o que configura uma situação de litisconsórcio passivo, porém, no caso vertente, não há nem litisconsórcio necessário, nem voluntário entre os demandados no processo, não sendo admissível a intervenção principal provocada, para um posterior litisconsórcio sucessivo, como acima dissemos, sendo apenas admissível a intervenção acessória da seguradora, nos termos do art. artigo 330º do CPC, a que corresponde o art. 321º do Novo Código, enquanto auxiliar da ré lesante, como já dissemos, visando a seguradora intentar acção de regresso contra aquela, como forma de se ver ressarcida pelos prejuízos decorrentes da perda da acção.

A Relação menciona também aqui o caso do seguro automóvel, no qual, como já ficou claro, a acção do lesado é SEMPRE proposta contra a seguradora (cfr. mencionado Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, datado de 16-01-1970, Processo 062884), sendo que e na falta de seguro obrigatório, é criado um fundo a favor dos lesados que sejam atingidos.

Por outro lado, a Relação apresenta uma outra tese, relativamente ao contrato de seguro facultativo, nos termos do qual, o terceiro lesado que responsabilize o segurado lesante, poderá ser ressarcido pela seguradora, admitindo que está em causa um contrato a favor de terceiro, ainda que atípico, uma vez que, não há um direito de crédito autonomamente adquirido pelo terceiro lesado. Ora, tendo o segurado lesante celebrado contrato com a seguradora, nos termos do qual, esta se obriga a garantir a um terceiro beneficiário, até determinada quantia, o cumprimento das obrigações do segurado, neste caso a prestação a exigir é só uma e pode sê-lo ao segurado ou à seguradora, não é, como no caso anterior, obrigatório exigir o pagamento/cumprimento da prestação à seguradora, tratando-se, antes, de uma possibilidade de, em litisconsórcio voluntário, o terceiro demandar lesante e a sua correspondente seguradora. Como tal, a seguradora interviria não a título acessório, secundário, mas sim principal, pelo incidente da intervenção principal provocada, o que na nossa opinião, e como o tribunal *ad quem* acabou por concluir, não será bem assim, na medida em que defendemos

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

que, perante um seguro facultativo dos autos, como é o dos autos, a seguradora deve intervir na acção a título acessório, nos termos do art. artigo 330º do CPC, a que corresponde o art. 321º do Novo Código, enquanto auxiliar da ré lesante, visando a seguradora intentar acção de regresso contra aquela, como forma de se ver ressarcida pelos prejuízos decorrentes da perda da acção, porquanto, a cobertura garantida pela seguradora, pela celebração do contrato, não a torna titular da relação litigada, apenas lhe conferindo um interesse processual meramente secundário.

- **Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 03.05.2011, no Processo 1870/09TBVCD-B.P1<sup>52</sup>**

**No caso presente, não está em causa nenhum contrato de seguro. No entanto, o acórdão é relevante, na medida em que nos permite melhor perceber a questão da intervenção de terceiros, a título principal e acessório.**

**Preceitos legais que fundamentam a decisão da Relação:** art. 333º, 330º, n.º 2, do 331º, n.º 4, do 332º, 267º, 268º, al. a), do 270º, 325º, 326º, 27º, 28º, 321º, 320º, 26º-31º-B, todos do CPC (a que correspondem os arts. 324º, 321º, n.º 2, do art. 322º, n.º 4, do art. 323º, 259º, 260º, al. a), do art. 270º, 316º, 318º, 32º, 33º, 312º, 311º, 30º-37º do Novo Código), n.º 2, do 497º, n.º 1, do 521º e 524, todos do CC.

**Dos factos:** Muito resumidamente, no caso vigente, a Ré pretendia a intervenção principal provocada das sociedades chamadas, uma vez que, estas conheciam os factos alegados, por terem sido partes no negócio que originou o litígio, ou seja, por escritura pública datada de 3.08.2007, a Ré comprou, e pagou o

---

<sup>52</sup> Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 03.05.2011, no Processo 1870/09TBVCD-B.P1 <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/033ae98fa6c53e0e802578a1003c02ce?OpenDocument>

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

respectivo preço, à sociedade G, SA uma parcela de terreno destinada à construção urbana, no lote, a confrontar de norte e poente com a autora, a nascente com D, Lda.. Sem o dizer E, sem o dizer expressamente, é sobre este seu prédio que a autora reclama o respectivo direito de propriedade. Foi com a referida sociedade G, SA que a Ré negociou e celebrou a escritura de compra e venda. Assim, com este chamamento, visa a Ré acautelar o alegado pela Autora, bem como o facto de ter instaurado acção judicial para resolução do contrato definitivo de compra e venda daquele lote, que outorgou com a sociedade G.

À Relação coube, portanto, apreciar da admissibilidade da intervenção principal provocada da sociedade G, nos termos do artº 325º do CPC e 316º do Novo Código, tendo entendido que aquela não é admissível, sendo-o somente, pelo incidente de intervenção acessória provocada (art. 330º do CPC e 321º do Novo Código), como uma forma de permitir que, aquela sociedade, havendo procedência da acção principal, possa exercer um direito de regresso, sendo a intervenção, igualmente justificada pela existência de conexão entre a acção principal e a acção de regresso, conforme estatuído no n.º 2, do art. 331.º, a que corresponde o n.º 2, do art. 322º do Novo Código, uma vez que, o objecto da acção em curso é prejudicial quanto à apreciação do direito de regresso contra o terceiro.

Refere-se a Relação ao facto de que, quando tenha dúvidas sobre o sujeito da relação material controvertida, pode o autor chamar a intervir um terceiro na posição de réu a fim de formular subsidiariamente contra ele o pedido ou pedido subsidiário, nos termos do n.º 2, do art. 325º do CPC, a que corresponde o n.º 2, do art. 316º do Novo Código e, nesse caso, estamos no âmbito da intervenção principal provocada.

No caso vertente, o tribunal *ad quem* considerou que não estamos, porém, perante um caso em que deve ser permitida a intervenção principal provocada, uma vez que, atendendo ao objecto da acção, as chamadas não têm qualquer

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

interesse próprio igual ao da Ré, pelo que, não podem intervir em litisconsórcio voluntário ou necessário com a ré, citando mesmo, a Relação os ensinamentos do Prof. Alberto dos Reis, in “Código de Processo Civil, Anotado”, vol. 3.º, pág. 514, na parte em que este afirma que *“tal situação litisconsorcial pressupõe que a relação jurídica substancial respeita a uma pluralidade de sujeitos, quer no aspecto activo, quer no aspecto passivo, ou nos dois”*, o que no entender do Prof. Lebre de Freitas, in Código de Processo Civil, Anotado Vol. I, pág. 563., também citado pela Relação, acontece, por exemplo, no caso das obrigações solidárias.

Reforça a Relação que, *“(...)as chamadas não são titulares de qualquer interesse próprio e paralelo com o da ré no confronto desta com a autora, que as legitimem a associar-se a esta do lado passivo da demanda.”*, não se verificando, portanto, litisconsórcio necessário ou voluntário, não sendo de admitir a intervenção principal provocada da chamada.

Conclui-se, portanto, ser o caso de aplicar a figura da intervenção acessória provocada, prevista no art. 330º e ss do CPC, 321º e ss do Novo Código, uma vez que, *“(...) o incidente de intervenção acessória visa permitir a participação de um terceiro perante o qual o réu possui, na hipótese de procedência da acção, um direito de regresso.”*, sendo que essa intervenção deve ser justificada quer pela existência de um direito a uma indemnização contra terceiro e por uma conexão entre os objectos da acção principal em curso e da acção de regresso, o que está.

«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»

Maria de Lemos Honrado

- **Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 19 de Outubro de 1999, Recurso n.º 9921088, Boletim do Ministério da Justiça n.º 490, p. 319-320<sup>53</sup>**

**Seguro facultativo**

**Normativos em que se fundamentou a decisão da Relação:** 443º do CC e art. 330º do CPC, a que corresponde o art. 321º do Novo Código.

Relativamente a este acórdão apenas o reforço da tese de que, pela celebração do contrato de seguro de responsabilidade, as obrigações que daí decorrem são válidas apenas para e entre as partes contratantes, não estando, portanto, em causa um contrato a favor de terceiro, nos termos do art. 443º do CC.

O contrato de seguro não transforma a seguradora numa titular da relação material controvertida, mas sim de uma relação com ela conexa, a que deriva daquele contrato, e, como tal, não pode de modo algum intervir com parte principal na acção que decorre entre o segurado lesante e o lesado na causa como parte principal, sendo que, caso o réu segurado seja condenado no pagamento ao lesado, é pelo incidente da intervenção acessória, que deve fazer a seguradora intervir na acção, por forma a, posteriormente, exercer contra a mesma o seu direito de regresso, pelo que, e havendo erro na classificação do chamamento da seguradora, deve este ser mandado corrigir pelo juiz, no cumprimento do dever de cooperação para o restabelecimento da justiça e descoberta da verdade material.

Em conclusão, também aqui o tribunal *ad quem* partilha da posição da intervenção da seguradora, pelo incidente da intervenção acessória, auxiliando o réu na defesa, com vista ao posterior ressarcimento do réu demandado a título

---

<sup>53</sup>Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 19 de Outubro de 1999, Recurso n.º 9921088, Boletim do Ministério da Justiça nº 490, pp. 319 e 320

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

principal, pelos prejuízos que decorram da condenação\_cfr. art. 330º do CPC, a que corresponde o art. 321º do Novo Código.

**5.2.1. Conclusões:**

Estando perante um contrato de seguro facultativo, havendo responsabilidade civil do segurado, o interesse da seguradora é secundário relativamente à relação material controvertida estabelecida entre o segurado lesante e o terceiro lesado, pelo que a seguradora deve intervir nesta acção apenas a título acessório, pelo incidente da intervenção acessória provocada, nos termos do art. 330º do CPC, a que corresponde o art. 321º do Novo Código.

Portanto, a seguradora não é contitular da relação material controvertida, mas sim em sujeito passivo da relação jurídica que decorre do contrato de seguro, sendo esta conexa com aquela relação. A seguradora é sim titular da acção de regresso, como adiante se explicita.

Nesta posição, não falamos de litisconsórcio voluntário ou necessário entre a seguradora e o segurado lesante, não sendo admissível que aquela seja demandada como parte principal, pelo incidente da intervenção principal provocada, como na posição anterior, mas antes, como já dissemos, pelo incidente da intervenção acessória, enquanto auxiliar do segurado lesante, na defesa, com vista a posterior acção de regresso, para ressarcimento dos prejuízos decorrentes da condenação.

Como também já ficou dito atrás, para aferir o preenchimento do pressuposto da legitimidade, basta atender ao pedido e causa de pedir, tal como formulado pelo autor, atender, enfim, ao objecto da causa, na qual devem participar apenas e só os verdadeiros e principais interessados, os titulares da relação jurídica, e, para que seja justificado o chamamento da seguradora, tem que haver uma conexão entre a acção principal e a acção de regresso (cfr. n.º 2, do art. 331º do CPC, a que corresponde o n.º 2, do art. 322 do Novo Código), conexão essa que se verifica

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

quando o objecto da acção pendente seja prejudicial relativamente à apreciação do direito de regresso contra terceiro.

Acresce que, sobre a não admissibilidade do litisconsórcio voluntário ou necessário, como resulta de um dos casos analisados, não há da parte do terceiro chamado, que aqui entendemos como sendo a seguradora, um interesse próprio e paralelo ao do segurado lesante no confronto com o terceiro, não existindo, por isso, legitimidade passiva a título principal, e, como tal, “tendo em mente” a acção de regresso, fica justificada a intervenção acessória da seguradora na medida em que, a um direito de indemnização se junta a já descrita conexão.

Daqui decorre, por fim, dizer que esta posição discorda da classificação do contrato de seguro de responsabilidade civil como contrato a favor de terceiro, nos termos do art. 443º e ss do CC, porquanto as obrigações que dele decorrem, valem apenas para e entre as partes contratantes e, não pretendem estas, pela celebração do contrato, atribuir qualquer direito a terceiro.



«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»

Maria de Lemos Honrado

## 6. Posição adoptada

Admitindo que numa e noutra posição, argumentos se encontram que as fundamentam, essencial se torna neste momento que nos pronunciemos sobre aquela que é na nossa posição e que, em nosso entender, salvo melhor opinião, merece o seu lugar.

Se é certo, como resulta da lei, que do contrato de seguro decorre para a seguradora uma obrigação de prestar, de cobertura de um risco, como contrapartida do pagamento do prémio pelo segurado, já não é tão certa a dimensão daquela cobertura, nos casos em que, o segurado que celebrou contrato de seguro de responsabilidade civil, causa danos a terceiro, cabendo ao segurado a prova da extensão/dimensão da mesma. No entender de Carlos Ferreira de Almeida, que acompanhamos, pelo contrato de seguro, a seguradora obriga-se “(...) *perante o tomador do seguro a uma prestação com os limites pré-fixados.*”<sup>54</sup>, portanto, com a celebração do contrato, valerá apenas e só o que as partes dele quiseram fazer constar. Importa, assim, atender ao expressamente fixado pelas partes no contrato de seguro, nomeadamente, e no que ao nosso tema concerne, se houve uma efectiva atribuição de um direito de crédito ao terceiro, numa concepção do contrato de seguro como contrato a favor de terceiro, para aferir da possibilidade de demanda directa da seguradora, e não partir do pressuposto, sem aquela análise do conteúdo do contrato, de que aquele direito existe, como o faz a vertente jurisprudencial que primeiramente apresentamos.

Uma e outra das posições apresentadas concorda que a legitimidade das partes afere-se pela forma como o autor configura a relação material controvertida, afere-

---

<sup>54</sup> ALMEIDA, Carlos Ferreira de, “Contratos III, Contratos de Liberalidade, de Cooperação e de Risco”, p. 223, Almedina, 2012.

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

se pelo objecto da acção, pedido e causa de pedir e também que, os interesses do terceiro que pretende associar-se a uma parte principal, não podem ser opostos aos desta última.

Contudo, não podemos concordar quando, a primeira posição afirma que a seguradora do segurado, que é demandado pelos danos causados a terceiro, tem interesse principal nesta acção de responsabilidade, porquanto o interesse principal é sim do segurado, responsável civil e que praticou o(s) facto(s) ilícito(s), a que corresponde a condenação de pagamento de uma indemnização. Na verdade, e reforçando a ideia expressa no parágrafo segundo, do presente ponto, aquilo que para a seguradora resulta da celebração de um contrato de seguro, é uma obrigação de prestar, e não de indemnizar<sup>55</sup>, como já havíamos clarificado.

Não está em causa a obrigação prevista no art. 483º do CC, pois que, nos casos em que é a seguradora a cumprir, perante terceiro, a obrigação do segurado, a violação causadora dos danos, e que determina o pagamento da indemnização, decorre do comportamento deste último e não da seguradora, pelo que, a transmissão do risco, não é acompanhada da posição do segurado, porquanto, o interesse seguro, e que levou à celebração do contrato, que consubstancia a relação material controvertida, continua a pertencer ao segurado lesante, este efectivamente constituído na obrigação de indemnizar, ficando deste modo excluída, a possibilidade de demanda directa da seguradora, pelo incidente da intervenção principal provocada, quando em causa um seguro facultativo.

Associado ao incidente da intervenção principal provocada, está a existência de uma situação de listisconsócio voluntário ou necessário, nos termos do art. 27º e 28º do CPC, respectivamente, e a que correspondem os artigos 32º e 33º do Novo Código, nos termos dos quais, se exige que a relação material controvertida

---

<sup>55</sup> REGO, Margarida Ramalho de Lima, Coordenação, “Temas de direito dos seguros: a propósito da nova lei do contrato de seguro” – “O contrato e a apólice de seguro”, p. 21, Almedina, 2012.

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

respeite aos vários interessados em ser parte na acção o que, no caso da responsabilidade civil do segurado, não pode ser extensivo à seguradora, pelo facto de a relação material controvertida ser entre o segurado lesante e o terceiro lesado, e a seguradora não ter um interesse próprio e paralelo ao do segurado lesante, no confronto com o terceiro, e, portanto, não pode haver lugar a litisconsórcio.

De referir que a própria tese que defende a intervenção principal provocada da seguradora, nos termos do art. 325º e ss do CPC, a que corresponde o art. 316º do Novo Código, se contradiz, ao estabelecer ela mesma a diferença entre os direitos do lesado contra o lesante, por um lado e, os direitos do segurado contra a seguradora, que decorrem do contrato de seguro, por outro.

Dúvidas não surgem, no entanto, no que aos seguros obrigatórios respeita. Vimos o caso especial do seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel, no qual o legislador dispensou mesmo a demanda do segurado em simultâneo com a seguradora, quando o pedido indemnizatório se situa dentro do valor do capital seguro\_cfr. als. a) e b) do n.º 1, do art. 29.º do DL n.º 522/85, de 31 de Dezembro, a que correspondem as als. a) e b) do n.º 1, do art. 64º do DL 291/2007, de 21 de Agosto, acabando a seguradora por ser directamente demandada.

O próprio n. 1. do art. 146º do DL 72/2008, de 16 de Abril, passou a prever a possibilidade de demanda directa da segurado, quando estivermos perante um seguro obrigatório.

Ora, a dúvida, divergência tem, portanto, surgido ao nível dos seguros facultativos. O art. 137º do DL mencionado no parágrafo anterior, relativo regime comum do seguro de responsabilidade civil, estatui que, pela celebração deste contrato, a segurado cobre o risco de, na esfera jurídica do segurado, vir a constituir-se uma obrigação de indemnizar terceiros. Quando seja a seguradora a efectuar o pagamento, “(...) fica sub-rogado nos direitos do lesado contra o terceiro responsável pelo sinistro”, nos termos do n.º 1, do art. 136º da LCS. Por outro lado, se pagar e, posteriormente verificar que houve dolo por parte do tomador do

«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»

Maria de Lemos Honrado

seguro ou do segurado, a LCS atribui à seguradora, um direito de regresso contra aqueles\_cfr. n.º 1, do art. 144º da LCS. De referir, ainda que, já no art. 453º do Código Comercial este direito vinha previsto e passou a constar também no n.º 3, do art. 18º e n.º 3, do art. 79º, da Lei n.º 98/2009, de 4 de Setembro (relativamente aos acidentes de trabalho) e n art. 27º do DL n.º 291/2007, de 11 de Setembro (que regula o seguro automóvel)<sup>56</sup>.

De novo, a responsabilidade pelo dano é do segurado, é ele o demandado a título principal, é ele titular da relação material controvertida. Se por um lado, o referido art. 146º menciona expressamente um direito de demandar a seguradora, no caso de seguro obrigatório de responsabilidade civil, os n.º 2 e 3, do artigo 140º do mesmo diploma, apenas prevêem, respectivamente, a possibilidade de “(...) *lesado demandar directamente o segurador, isoladamente ou em conjunto com o segurado.*”, quando tal conste do contrato, ou “(...) *quando o segurado o tenha informado da existência de um contrato de seguro com o consequente início de negociações directas entre o lesado.*”.

No que ao n.º 1, art. 146º da LCS respeita, “*Não existe precedente legal nacional quanto ao direito de o lesado demandar directamente o segurador, excepto (como já antes afirmamos), relativamente ao seguro de responsabilidade civil automóvel (...), conforme artigos 22º e 64º do DL 291/2007.*”<sup>57</sup>. Numa anotação de José Vasques, na obra anteriormente citada, afirma o autor que há naquele n.º 1, um verdadeiro direito de acção directa do lesado contra a seguradora. Este normativo, contrariamente ao n. 2 do 140º da LCS, estatui que a demanda conjunta da seguradora e do segurado, resulta de uma articulação do direito de acção directa, com o direito que deve ser reconhecido ao lesado de demandar o verdadeiro responsável, conforme n.º 2, do art. 2º também já mencionado.

---

<sup>56</sup> CORDEIRO, António Menezes Cordeiro, “Direito dos Seguros”, pp. 762 e 763, Almedina 2013.

<sup>57</sup> MARTINEZ, Pedro Romano, TORRES, Leonor Cunha, OLIVEIRA, Arnaldo da Costa, RIBEIRO, Maria Eduarda, MORGADO, José Pereira, VASQUES, José, BRITO, José Alves de, “Lei do Contrato de Seguro Anotada”, pp. 492-494, 2ª Edição, Almedina, 2011.

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

Atevemo-nos, portanto, a afirmar que, a demanda directa da seguradora, não é o regime regra para o contrato de seguro de responsabilidade civil facultativo, pelo que, defendemos a tese de que, a lei passe a prever um regime claro e específico, no que a estes seguros não obrigatórios concerne, no sentido de estatuir que, a intervenção da seguradora na acção de responsabilidade civil extracontratual, se faça pelo incidente da intervenção acessória provocada, nos termos do art. 330º do CPC, a que corresponde o art. 321º do Novo Código, na medida em que a seguradora é, neste casos, antes titular de uma acção de regresso, visando, portanto, e enquanto tal, apenas auxiliar o réu segurado na defesa, com interesse na improcedência da acção principal. Caso esta proceda, o seu interesse está centrado na posterior acção de regresso a instaurar, com vista ao ressarcimento dos danos que da condenação decorram. Este interesse da seguradora está, deste modo, em conexão com os prosseguidos na acção de responsabilidade civil, uma vez que, o objecto desta acção é prejudicial relativamente à apreciação do direito de regresso contra terceiro (cfr. n.º 2, do art. 331º do CPC, a que corresponde o n.º 2, do art. 322 do Novo Código).

Em face do exposto, estando em causa seguro facultativo de responsabilidade civil extracontratual, defendemos que, a intervenção da seguradora na acção de responsabilidade civil extracontratual, entre o segurado lesante e o terceiro lesado, nos termos do art. 330º do CPC (321º do Novo Código), deve ocorrer pelo incidente a intervenção acessória provocada, porquanto “(...) o chamado é mero sujeito passivo, face ao réu, de um direito de regresso ou de indemnização, se este perder a demanda (...)”. Enquanto que na intervenção principal provocada “(...) o chamado é parte principal e pode ser condenado;” na intervenção acessória provocada “(...) não pode ser condenado, mas pode-o ser ulteriormente em acção de

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

*regresso ou de indemnização que o ali réu intente contra o aqui chamado.”<sup>58</sup>. Para José Lebre de Freitas, João Redinha e Rui Pinto “(...) só faz sentido que o terceiro (no caso, a seguradora), auxilie o réu na defesa respeitante às questões implicadas na verificação do direito do autor. Se este tiver deduzido contra o réu outro pedido, ou se o pedido deduzido depender também de causa de pedir cuja verificação, ainda que levando à procedência do pedido, é estranha à constituição do direito de regresso, está excluída da intervenção do chamado quanto a esse pedido ou a essa causa de pedir, circunscrevendo-se ela no âmbito das questões respeitantes ao pedido ou causa de pedir com repercussão na existência e no conteúdo do direito de regresso.”<sup>59</sup>. Aqui, o interesse conexo que move a seguradora a intervir na acção principal, nada tem de principal, nem reconhece ou assume uma responsabilidade que, afinal, não é sua, por não ser essa a obrigação que decorre do contrato de seguro celebrado com o segurado.*

---

<sup>58</sup> NETO, Abílio, “Breves Notas ao CPC”, p. 103, 1ª Edição Setembro 2005, Ediforum Edições Jurídicas, Lda., Distribuição Coimbra Editora.

<sup>59</sup> FREITAS, José Lebre de, REDINHA, João e PINTO, Rui, “Código de Processo Civil Anotado”, Volume 1.º, arts. 1.º a 380º, p. 586, Coimbra Editora, 1999.

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

## **7. Conclusão**

Propusemo-nos inicialmente assumir uma posição sobre como deve a intervenção da seguradora ocorrer, em acção de responsabilidade civil contra o segurado, com a consequente obrigação de indemnizar terceiro. Para tal, importou a distinção entre os casos em que estávamos perante um seguro obrigatório de responsabilidade civil, e os casos em que aquele seguro, era facultativo.

Pela análise cuidada da Doutrina, Legislação e Jurisprudência, concluímos que aquela intervenção, no caso de um seguro facultativo, deve concretizar-se por via da intervenção acessória provocada, nos termos do art. 330º do CPC (art. 321º do Novo Código), porquanto o contrato de seguro não transforma a seguradora em titular da relação material controvertida, entre o segurado lesante e o terceiro lesado, com interesse primário na mesma, mas antes, secundário, sendo sim titular da acção de regresso, conexa com aquela acção principal, pelo que, relativamente a esta, como dissemos, o seu interesse é apenas o de auxiliar a segurado réu lesante na defesa, com vista a posterior acção de regresso em caso de condenação, e como forma de ressarcimento pelos prejuízos que daquela condenação decorram.

Vimos também que, nos seguros obrigatórios, o n.º 1, do art. 146º, do Anexo ao DL 72/2008, de 16 de Abril, veio resolver a questão, relativamente aos seguros obrigatórios, estatuinto que a terceiro lesado pode demandar directamente a seguradora, como acontece, no caso do seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel.

Ora, o que a presente tese propõe é que se faça lei, no sentido de prever especificamente que, e para superar as divergências doutrinárias e jurisprudências, existindo contrato de seguro de responsabilidade civil extracontratual, a intervenção da seguradora na acção de responsabilidade civil extracontratual, entre o segurado lesante e o terceiro lesado, ocorrer pelo incidente da intervenção acessória provocada, na medida em que, como acima

«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»

Maria de Lemos Honrado

referimos, a seguradora, chamada é mero sujeito passivo, perante o réu, de um direito de regresso ou a ser indemnizada, em caso de condenação, sendo que só pode ser condenada naquela acção de regresso ou de indemnização que o réu principal contra ela intente<sup>60</sup>, de maneira que, o chamamento deve circunscrever-se às “(...) questões respeitantes ao pedido ou causa de pedir com repercussão na existência e no conteúdo do direito de regresso.”<sup>61</sup>. Diz-nos a Relação do Porto, no Acórdão de 27 de Abril de 2006, que “Ao exercer o seu direito de regresso, o seu titular exerce um direito próprio, que nasce na sua esfera jurídica ex novo (...)”<sup>62</sup>, pelo que, é este o interesse conexo que move a seguradora a intervir na acção principal, nada tem de principal, nem reconhece ou assume uma responsabilidade que, afinal, não é sua, por não ser essa a obrigação que decorre do contrato de seguro celebrado com o segurado.

Em suma, preservando, por um lado, o princípio da relatividade dos contratos, pelo qual, o terceiro lesado não pode, por via de regra, exigir a indemnização à seguradora e, por outro, o princípio da igualdade (das partes), constitucionalmente protegido, nos termos art. 13º da Constituição da República e igualmente previsto no art. 3-Aº do CPC, a que corresponde o art. 4º do Novo Código, que estatui que “O tribunal deve assegurar, ao longo de todo o processo, um estatuto de igualdade substancial das partes, designadamente no exercício de faculdades, no uso de meios de defesa e na aplicação de cominações ou de sanções processuais”, deve primar-se por essa igualdade de tratamento das partes: não só o lesado, mas também a seguradora e o segurado, o que só será possível pelo incidente da intervenção

---

<sup>60</sup> NETO, Abílio, “Breves Notas ao CPC”, p. 103, 1ª Edição Setembro 2005, Ediforum Edições Jurídicas, Lda., Distribuição Coimbra Editora

<sup>61</sup> FREITAS, José Lebre de, RENDINHA, João e PINTO, Rui, “Código de Processo Civil Anotado”, Volume 1.º, arts. 1º a 380º, p. 586, Coimbra Editora, 1999

<sup>62</sup> GERALDES, António Santos Abrantes e SANTO, Luís Filipe Espírito Santo, Coordenação, Acórdão da Relação do Porto, de 27 de Abril de 2006, “Responsabilidade Civil e Contrato de Seguro”, Jurisprudência 2000-2011, p. 391, Colectânea de Jurisprudência, Edições



*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

acessória provocada da seguradora, numa defesa e demanda conjunta com o segurado lesante, nos termos descritos.

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

**Bibliografia**

- ALMEIDA, Ana Luísa Gaspar Mascate de Sousa, “A Natureza social dos seguros obrigatórios de responsabilidade civil”, XI Curso de Pós-graduação em Direito Bancário, da Bolsa e dos Seguros, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2009/2010;
- ALMEIDA, Carlos Ferreira de, “Contratos I, Conceito-Fontes-Formação”, 2ª Edição, Almedina, 2003;
- ALMEIDA, Carlos Ferreira de, “Contratos III, Contratos de Liberalidade, de Cooperação e de Risco”, Almedina, 2012;
- ALMEIDA, J.C. Moitinho de, “Contrato de Seguro, Estudos”, Coimbra Editora, 2009;
- CORDEIRO, António Menezes Cordeiro, “Direito dos Seguros”, Almedina 2013;
- CORDEIRO, António Menezes Cordeiro, “Igualdade Rodoviária e Acidentes de Viação nas Auto-Estradas”, Almedina, 2004;
- CORDEIRO, António Menezes e MORGADO, Carla Teixeira, “Leis dos Seguros Anotadas, Direito Institucional, Direito Material e Direito Comunitário”, Almedina, 2002;
- COSTA, Salvador da, “Os Incidentes da Instância”, 3ª Edição, Almedina;

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

- FREITAS, José Lebre de, “Introdução ao Processo Civil, Conceitos e Princípios Gerais”, 2ª Edição, Coimbra Editora, 2006;
- FREITAS, José Lebre de, RENDINHA, João e PINTO, Rui, “Código de Processo Civil Anotado”, Volume 1.º, arts. 1º a 380º, Coimbra Editora, 1999;
- GERALDES, António Santos Abrantes e SANTO, Luís Filipe Espírito Santo, Coordenação, Acórdão da Relação de Évora, de 27 de Janeiro de 2000, “Responsabilidade Civil e Contrato de Seguro”, Jurisprudência 2000-2011, Colectânia de Jurisprudência, Edições;
- MACHADO, António Montalvão e PIMENTA, Paulo, “O Novo Processo Civil”, 7ª Edição, Almedina;
- MARTINEZ, Pedro Romano, “Direito dos Seguros”, 1ª Edição – Abril de 2006, Principia;
- MARTINEZ, Pedro Romano, TORRES, Leonor Cunha, OLIVEIRA, Arnaldo da Costa, RIBEIRO, Maria Eduarda, MORGADO, José Pereira, VASQUES, José, BRITO, José Alves de, “Lei do Contrato de Seguro Anotada”, 2ª Edição, Almedina, 2011
- MENDES, João de Castro, “Direito Processual Civil”, II Volume, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa;
- NETO, Abílio, “Breves Notas ao CPC”, 1ª Edição Setembro 2005, Ediforum Edições Jurídicas, Lda., Distribuição Coimbra Editora;

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

- REGO, Margarida Ramalho de Lima, “Contrato de Seguro e Terceiros. Estudo de Direito Civil”, Dissertação para doutoramento em direito privado na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Agosto de 2008;
- REGO, Margarida Ramalho de Lima, Coordenação, “Temas de direito dos seguros: a propósito da nova lei do contrato de seguro” – “O contrato e a apólice de seguro”, Almedina, 2012;
- SOUSA, Miguel Teixeira de, “Estudos sobre o novo processo civil”, 2ª Edição, Lex, Lisboa 1997;
- SOUSA, Miguel Teixeira de Sousa, “Introdução ao Processo Civil”, 2ª Edição, Lex, Lisboa, 2000;
- VARELA, João de Matos Antunes, “Das Obrigações em Geral”, Vol. I, 10ª Edição, Almedina, 2004;
- VARELA, Antunes, BEZERRA, José Miguel, NORA, Sampaio e, “Manual de Processo Civil”, 2ª Edição revista e actualizada de acordo com o Decreto-Lei 242/85, Coimbra Editora, Limitada, 1985;

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

**Jurisprudência**

- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 27.11.2008, no Processo 8398/08-2; Relator: Ondina Carmo Alves  
<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/e6e1f17fa82712ff80257583004e3ddc/8494b8cda d866735802575ad003ac23e?OpenDocument>
- Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães de 06.01.2011, no Processo 5907/09.7TBBERG-A.G1; Relator: Manuel Bargado  
<http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf/86c25a698e4e7cb7802579ec004d3832/29d915c 4faef91538025783e0042aa87?OpenDocument>
- Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, Processo 770/07.5TBGRD.C1, de 25-10-2011; Relator: Jaime Carlos Ferreira  
<http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/4abfffd5 d8fefc4e8025794f00503cae?OpenDocument>
- Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, datado de 16-01-1970, Processo 062884; Relator: Acácio Carvalho  
<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/3f20bbcc3 94ec78f802568fc00399a73?OpenDocument>
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 07.11.2006, no Processo 7576/2206-7; Relator: Maria do Rosário Morgado  
<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/ec81ac38 d6018f0d8025724200543dba?OpenDocument>

*«A intervenção da seguradora nas acções propostas contra o segurado»*

Maria de Lemos Honrado

- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 06-07-2009, Processo 721/08.0TVPRT-A.P; Relator: Maria Adelaide Domingos  
<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/01bc531e782fc7ce802575f20045a249?OpenDocument>
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 03.05.2011, no Processo 1870/09TBVCD-B.P1; Relator: Anabela Dias da Silva  
<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/033ae98fa6c53e0e802578a1003c02ce?OpenDocument>
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 19 de Outubro de 1999, Recurso n.º 9921088, Boletim do Ministério da Justiça n.º 490
- Acórdão da Relação de Évora, de 27 de Janeiro de 2000; Acórdão da Relação do Porto, de 27 de Abril de 2006,  
(GERALDES, António Santos Abrantes e SANTO, Luís Filipe Espírito Santo, Coordenação, “Responsabilidade Civil e Contrato de Seguro”, Jurisprudência 2000-2011, Colectânea de Jurisprudência, Edições)